



N.º 265 outubro, 2014 | MENSAL | 0,50€



Demissão !

Início do Ano Letivo

Dossier

LEITURAS



Bourdieu, Pierre
Sobre o Estado:
Curso no Collège
de France (1989-92),
 Edições 70, Lisboa, 2014

Num curso do prestigiado Collège de France, lecionado entre 1989 e 1992, o sociólogo gaulês Pierre Bourdieu (1930-2002) aborda o controverso tema da formação do Estado moderno. A sua tese central é que este é a instância que modela e estrutura uma ordem social extremamente diferenciada, legitimando-se perante os que estão submetidos à sua autoridade menos através do exercício do monopólio da violência repressiva do que através do reconhecimento e aceitação consensual dos súbditos. A condição de exercício do poder de Estado é o que Bourdieu designa por 'monopólio da violência simbólica legítima' através

do qual se organiza o consentimento social. A imposição de uma ortografia normalizada, de um calendário que pauta a vida quotidiana de todos, de um mercado nacional, de um direito unificado e de um sistema de ensino que certifica as competências e as habilitações de cada um e as distribui de modo desigual são alguns dos passos em que a violência simbólica legítima, que age à distância e não recorre à coação física direta, se constitui e se torna hegemónica. O reconhecimento da autoridade do Estado não é imediato, mas resulta de um processo histórico que se caracteriza pela acumulação de 'capital simbólico', isto é, pela construção progressiva de mecanismos e instituições que produzem as estruturas mentais e comportamentais geradoras de consenso e integração social.

A concentração da força pública com a constituição de um grupo centralizado e disciplinado em que é delegado o monopólio da violência legítima é a primeira etapa da construção da autoridade estatal: um exército permanente, forças policiais e de justiça responsáveis perante o monarca e que, a pouco e pouco, substituem o poder arbitrário das milícias recrutadas pelos senhores feudais. Em seguida, destaca-se a instituição de um aparelho fiscal controlado pelo príncipe que se sobrepõe às formas de tributação feudal associadas às relações de dependência pessoal direta centradas nos vínculos hierárquicos de vassalagem. Por fim, surge um direito unificado, a justiça do rei, que se sobrepõe às diversas formas particularistas de justiça feudal – as jurisdições senhoriais, eclesiásticas, das comunas e das cidades – que abrange todo o território, que passa a deter o monopólio da interpretação das normas jurídicas e se transforma em instância de apelo ou recurso das decisões dos tribunais particularistas.

Constitui-se um corpo de juristas profissionais, desenvolve-se a codificação e a formalização dos processos através da criação de um jargão jurídico e as decisões dos tribunais reais tornam-se universais, simbolizando o interesse geral perante os interesses particularistas dos diversos tipos de justiça feudal. Percorrida por tensões e conflitos, a génese do Estado moderno caracteriza-se pela construção da hegemonia do capital simbólico que conduz à constituição de um "habitus cultural unificado" (p. 316). No curso de 1991-92, o autor sublinha a importância de dois grandes eventos históricos: a expansão do capital cultural, do saber e do conhecimento, sobretudo de caráter jurídico-político, relativamente ao princípio hereditário ou dinástico, expresso no conflito entre nobreza de toga que marcou a formação do Estado francês moderno, e a ascensão do Parlamento nas ilhas britânicas que é, simultaneamente, forma de contrapoder ao poder real e instância onde se constrói o compromisso político. Os debates e as discussões parlamentares são as modalidades através das quais os conflitos tendem a institucionalizar-se e a tornarem cada vez mais temporâneas como critérios de decisão política todas as formas de violência. Mas isto só é possível porque a integração social tem como fundamento o reconhecimento tanto do direito à diferença como da legitimidade do conflito: "O Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, que é o fundamento não necessariamente de um consenso, mas da própria existência de discussões que conduzem a um dissenso" (p. 18).■

Joaquim Jorge Veigunha

Pior do que um cego é o que não quer ver

E não querer ver conduz a deturpar a realidade que se finge não ver.

A colocação dos professores e educadores este ano letivo foi catastrófica. No momento em que escrevo este texto – 30 de outubro – haverá ainda cerca de 450 professores em falta, isto é, mais de 35000 alunos sem todas as aulas que curricularmente deviam ter. Este caos tem causas objetivas: o início do processo de colocações foi estranhamente tardio e repetiram-se os vícios já encontrados em anos anteriores nas colocações nas escolas ditas com autonomia e TEIP. Isto para falar apenas dos casos mais mediáticos. Ora é aqui que convém que nos interroguemos sobre as causas. Porque se atrasaram tanto os concursos? Provavelmente para “castigar” os que não fizeram a PACC, eliminando-os do concurso! Ou seja: o MEC prejudicou milhares de crianças, pais e professores só para se vingar dos que ousaram pôr em causa uma prova absurda e inútil que o MEC lhes quis impor. Um MEC que tem esta ordem de prioridades não merece qualquer respeito!

Mais grave porém é o que se passa com a colocação dos docentes nas escolas que ostentam um discutível título de escolas de autonomia e nos TEIP. Em nome de hipotéticos projetos educativos próprios, estas escolas não são incluídas no processo de colocação por concurso nacional, pretendendo ser elas próprias a escolher os seus professores. Com isso, começam por perder provavelmente alguns dos melhores professores (que não podem concorrer a essas escolas porque elas não estão no concurso nacional) e, como tem sido prática atrasa-se o processo já que o MEC só autoriza a abertura dos concursos por escola quando estão colocados os docentes de carreira que, obviamente, podem ser colocados nessas escolas. Depois inventam inúmeros critérios específicos, cuja utilidade raramente se percebe. Por vezes tão escandalosamente específicos que se vê à distância terem “nome” a quem se destinam. Claro que os professores – que vivem angustiados o mês de agosto, à espera de poderem concorrer -, face ao perigo de ficarem desempregados, concorrem a um enorme número de escolas, gerando a situação de serem colocados em várias ao mesmo tempo... entre outros problemas que este tipo de descentralização provoca. Ou seja: **contrariamente ao que o MEC e comentadores ignorantes de jornais e TV querem impingir, a causa deste descalabro não está na centralização do concurso de colocação, mas sim na sua descentralização e no afastamento de quase metade das escolas do concurso nacional centralizado.** Falemos claro: só há duas hipóteses de colocação rápida dos docentes: uma – a justa – por concurso nacional respeitando a graduação profissional e abrangendo no mesmo concurso todas as escolas. Outra – a injusta e inaceitável – deixando que cada escola escolha, como quiser, os seus professores, abrindo total campo ao compadrio, à cunha, à corrupção, num processo que só por brincadeira se chamaria de concurso. E o concurso é a forma obrigatória de ocupação de lugares na administração pública. Que comentadores e escribas de serviço continuem a acusar a centralização por este caos revela certamente ignorância grosseira desta matéria. Que o ministro insista na “credibilização” do processo de descentralização por escola do concurso de colocação dos docentes, admitindo que não é ignorância, é cegueira completa e intencional. Má-fé, no fundo.

O país não pode estar entregue a quem ignora (ou finge ignorar) o real, submetendo-o aos seus mesquinhos desejos, que talvez se possam chamar de paranoias. ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Início do Ano Letivo

17 Cidadania

Os perigos do Tratado Transatlântico de Comércio Livre

18 Reportagem

A importância do ensino do cinema – uma escola do olhar

21 Congresso SPGL

SPGL: 5º Congresso em marcha

23 OE para 2015

25 Escola/Professores

25. Ensino Particular

26. O modelo de organização da escola e os exames nacionais

27. SPGL exige suspensão dos exames do Ensino Básico

28. Os aposentados estão em luta

29 Opinião

Os horários dos professores

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Componentes Letiva e Não Letiva do Pessoal Docente

Rescisões voluntárias: o MEC brinca com os docentes

Criar fundadas expectativas e depois negá-las causa evidente frustração. Há mesmo quem a use como forma de tortura. Com as devidas diferenças, o que o MEC fez aos professores e educadores acenando-lhes com as benesses(?) da rescisão por mútuo acordo foi mesmo isso. O governo lançou o processo. Como à data do primeiro “limite temporal” o número de pedidos por parte dos docentes estivesse longe do que o governo pretendia, o prazo foi prolongado e foram desencadeadas medidas de incentivo a que fosse pedida a “rescisão voluntária” por parte dos docentes. O número de pedidos aumentou mas, mesmo assim, o MEC dava a entender ficar aquém do pretendido. Foram assim criadas expectativas mais que fundadas junto dos docentes que tinham pedido a rescisão. Boa parte dos quais assinou mesmo o contrato nesse sentido e, nesse pressuposto, organizou a sua vida. Como se de uma brincadeira de mau gosto se tratasse, porém, o governo aceitou apenas cerca de metade dos pedidos apresentados, frustrando expectativas e criando em alguns casos situações profissionais delicadas e juridicamente discutíveis. Enfim, apenas mais uma manifestação de enorme falta de respeito a que o MEC e o governo nos vão habituando. A posição do SPGL é muito clara: não defende o processo de rescisões voluntárias. Mas defenderá os docentes que, tendo-as apresentado, se viram inexplicavelmente prejudicados pelo inqualificável comportamento dos governantes. Somos pessoas. Exigimos ser tratados como pessoas! ■

Miguel André

Onde andam os sindicatos? Ou como só se vê o que se quer

Victor Miranda

PÁGINA
6



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº265 outubro 2014

■ Início do Ano Letivo

“Diga-me, senhor Ministro da Educação, que escola é esta? Que escola é esta, que, passado um mês do início das aulas, continua com professores por colocar? Que escola é esta que despede professores e sobrecarrega outros de forma desumana?” – esta a pergunta de uma mãe, que muitos pais hoje repetem, no início de um ano letivo justamente considerado como o pior de que há memória em anos recentes.

Neste Dossier congregam-se opiniões, desabaços, denúncias, revolta, de professores e pais. E sublinha-se, num contexto tão difícil, o papel do SPGL: “Perguntam onde estão os sindicatos? Os sindicatos, não sei. O SPGL/FENPROF é óbvio... do lado dos professores, atentos e interventivos; do lado dos professores, mesmo quando há ruído e distração pelo meio; do lado dos professores os únicos pelos quais existimos” ■

Onde andam os sindicatos? Ou como só se vê o que se quer



Foto: SPGL

• **Vitor Miranda**
| Dirigente do SPGL

Onde andam os sindicatos? É a pergunta que mais vezes se ouve quando as coisas não correm bem.

Alguns sindicatos onde andam não sei, mas o SPGL/FENPROF sei bem.

No primeiro trimestre de 2014 (depois da luta contra a PACC em novembro e dezembro de 2013) ainda o diploma de concursos estava em negociação e já o SPGL/FENPROF denunciava o que se adivinhava que aí vinha. Em 26 de março de 2014, dois meses antes da publicação do diploma 83-A, já o SPGL convocava os contra-

tados e desempregados para um plenário e uma ação de rua frente ao MEC para denunciar o novo modelo proposto pelo MEC e a gravidade do mesmo. Aí denunciávamos e alertávamos para o novo modelo de Contratação de Escola, para a Bolsa de Recrutamento, para o aumento do número de escolas com Contrato de Autonomia, para o intervalo de horários a concurso, para a tentativa de ferir de morte os concursos nacionais e de tantos outros malefícios que, de uma leitura consciente, se poderiam aferir, prejudicando gravemente os professores contratados. Já o diploma tinha sido assinado, por algumas organizações sindicais, e já o SPGL/FEN-

PROF denunciava a má redação do diploma, as suas incoerências, as contradições, solicitando a negociação suplementar. Tornámos a apresentar soluções, princípios e a nossa proposta, ao MEC, pouco lhe interessou. Apelidados de arautos da desgraça, por uns, e de antinegociais por outros, muitos não quiseram ouvir ou sequer acreditar: “lá estão eles a meter medo outra vez”. Medo. Medo é uma palavra forte, medo é o que o MEC tem imposto nas escolas. Medo aplica-se ao MEC não ao SPGL/FENPROF. Nós não temos medo e os professores também não.

Mas voltando à ação do nosso sindicato. O SPGL/FENPROF

realizou plenários, reuniões, participou nas diversas ações de rua, manifestações, denunciou a precariedade e a degradação da profissão docente, os perigos que aí vinham, as (más) intenções do Governo.

O SPGL/FENPROF esteve na frente da luta contra a PACC. Interpusemos ações em tribunal, recorremos, denunciámos o que mais não era que uma forma, escamoteada, de lançar mais professores no desemprego. De má-fé o MEC marcou uma nova data para uma segunda chamada à PACC, através de um diploma inaudito que publicado num dia fazia efeitos ao dia anterior. O MEC pretendia, assim, evitar o protesto, limitar o direito à greve, obrigar, manipular, aterrorizar. O SPGL/FENPROF não baixou os braços. Estivemos lá, na frente, junto dos professores, os únicos que representamos. Quando o MEC excluiu os “reprovados da PACC” e outros que estando aptos a fazê-la não foram chamados, o SPGL/FENPROF esteve lá. Em pleno mês de agosto foi prestado todo o apoio possível a todos quantos nos procuraram; foi denunciada a ilegalidade da exclusão uma vez que o requisito “aprovação na PACC” não era verificável à data de abertura do concurso.

O SPGL/FENPROF esteve sempre lá: na luta pelo direito à compensação da caducidade do contrato, na denúncia do desrespeito demonstrado em nem sequer apresentar um calendário público de concursos (deixando em suspenso milhares de vidas), do incumprimento de leis gerais, da constituição ou leis europeias, entre tantos outros momentos.

O SPGL/FENPROF há muito que luta por uma vinculação dinâmica que cumpra a lei geral do trabalho. Existem denúncias públicas, existem denúncias aos partidos políticos e outras instituições, existem processos em tribunal. O SPGL/FENPROF não repudia a vinculação agora feita, repudia o método e o expediente utilizados.

Houvera concursos anuais, com abertura de vagas, como sempre aconteceu até 2006, e estes professores precários, explorados anualmente, teriam “naturalmente” entrado nos quadros. Houvera vontade política e cumprimento de leis e diretivas e há muito que os professores com mais de três contratos estariam nos quadros (tal como obriga a Lei-Geral). O SPGL/FENPROF continuará a exigir que se cumpra a lei.

Estivesse o SPGL/FENPROF parado e não teríamos, finalmente este ano, os professores contratados a vencer pelo índice 167, 1º escalão da carreira docente. Mas pergunta-se: é suficiente? Não, não é, claro que não é. O SPGL/FENPROF exige, há muito, que se cumpra o que ao Privado se exige – independentemente do vínculo a remuneração deve ser pelo tempo de serviço. Fosse isto cumprido e acabava-se a precariedade. Para igual trabalho igual remuneração – a própria diretiva comunitária aponta neste sentido. Lutaremos sempre por este direito. Jamais no Privado um professor contratado com 20 anos de serviço (algo impossível de aí acontecer) receberia por tabela diferente da de um professor dos quadros com o mesmo tempo de serviço. A um professor contratado, no ensino público, com 20 anos de serviço paga-se-lhe o mesmo que a um outro com 0 dias de serviço.

No dia 1 de setembro, ritual que necessita de novo modelo, o SPGL/FENPROF iniciou o ano letivo, uma vez mais, na luta ao lado dos desempregados denunciando a precariedade e os despedimentos daqueles que são necessários à Escola Pública. O SPGL/FENPROF esteve lá, nos Centros de (des)emprego, enquanto outros apareciam nas notícias a dizer que tudo estava bem.

O SPGL/FENPROF solicitou várias reuniões ao ministro Crato. A resposta foi sempre a mesma: “não são os sindicatos que ditam regras, que apontam datas, que marcam agendas, que legislam”. Pois não... infelizmente.

Os concursos e as colocações

tardaram, levando milhares de professores ao desespero sem qualquer resposta do MEC ou indicação de datas... eles que esperem... As aulas só começam a 15 de setembro. O MEC continuou com a sua política de “terrorismo social”, de descrédito da Escola Pública, de desprezo por pais, alunos e professores escudando-se na arrogância de uma “normalidade cratiana”.

As colocações foram o que se sabe, um CAOS. As ultrapassagens, as exclusões, as incorreções, as falsas listas, o famoso erro da fórmula. O SPGL/FENPROF já tinha advertido para o que estava a suceder, para o que ainda iria acontecer. Ninguém quis saber. Mais uma vez estivemos lá. Prestámos o apoio possível, com a parca informação disponibilizada pela DGAE; pedíamos esclarecimentos ao MEC; denunciávamos na Comunicação Social, na Provedoria, no Governo; fizemos comunicados, conferências de imprensa; saímos à rua em manifestação; pedimos justificações, que acabasse a BCE e voltasse a vigorar a lista nacional de graduação (a única de garante de equidade e transparência); convocámos plenários, reuniões, mas já se sabe, a culpa é dos sindicatos... dizem. Dizem, porque dá jeito; dizem porque o SPGL/FENPROF defende o direito dos trabalhadores; dizem por que metem todos no mesmo saco; dizem, porque o SPGL/FENPROF não legisla; dizem, por que o SPGL não é dono de órgãos de comunicação social; dizem por que o SPGL/FENPROF sabe do que fala, mas não dizem que lutamos. Lutamos e denunciámos todos os dias. Não dizem por que não assinamos (como poderíamos fazê-lo?) os diplomas exarados do MEC e por si impostos.

Perguntam onde estão os sindicatos? Os sindicatos, não sei. O SPGL/FENPROF é óbvio... do lado dos professores, atentos e interventivos; do lado dos professores, mesmo quando há ruído e distração pelo meio; do lado dos professores os únicos pelos quais existimos. ■

PLIM!

• **Adriana Guerreiro**

Professora Contratada que se mantém (e manter-se-á) em luta!

O início deste ano letivo ultrapassou todas as medidas. Porque não foi início (uma vez que ainda está “a ser”) nem, tão pouco, ano letivo. Estes “inícios” de quase 3 meses fazem lembrar uma dieta: “Estou a começar aos pouquinhos!” enquanto se enche o prato mais uma vez...

Ora o ano também já não tem “um ano” e há muito pouco de letivo numa escola que não tem quem ensine. Distúrbios de personalidade?! Bem, ninguém tem distúrbios em algo que não possui e, não sendo médica, não creio que haja ainda cura para a falta de carácter de quem nos (des)governa.

Então o que não funcionou?! Tudo.

Pretendia-se ainda um início de ano letivo... normal. E quando chegamos à normalidade da coisa é que “a porca torce o rabo”. Aí o pessoal já começa a ficar chateado... Então como é que um início de ano letivo que não é início, nem ano, nem letivo poderá ser normal?! Muito simples, clarinho como matemática... Liga-se o *mentirómetro* e desliga-se o *complicómetro*.

Os professores foram colocados em escolas que não haviam aberto vaga, outros ficaram por colocar. Ultrapassagens e atropelos potenciados por erros do sistema dão cabo da vida e sanidade mental dos envolvidos, que desesperam em frente a um computador. Sorteiam-se escolas com critérios

tão válidos quanto “Um-dó-li-tá” mas, bem haja o nosso Ministério que nos apoia e acalma: “O que é preciso é não dramatizar. Só estamos a matar aos pouquinhos 1% da classe docente!”.

Profissionais, os moços. Mas fraquinhos a estatística...

Depois há o pessoal que foi colocado em Vila Real de Santo António. Fez as malas, pegou nos filhos, matriculou-os numa escola nova, despediu-se da família e partiu de Bragança com o coração apertado mas cheio de esperanças. (Afinal fazemos parte da construção de uma sociedade, damos o nosso contributo muitas vezes à custa de lágrimas que julgamos compensadas pelo crescimento dos nossos alunos. Somos uns românticos do pior.) Arrendou casa, conheceu as turmas, os colegas, os encarregados de educação, criou laços. Laços! E depois os Senhores, ocupados a fazer contas, mandam dizer que “Afinal não é bem assim. Houve um erro”. Não era o “Um-dó-li-tá” mas sim “Em-cima-do-piano-está-um-copo-com-veneno-quem-bebeu-morreu”. E mandam o pessoal embora. Assim.

E os alunos voltam a deixar de o ser. E esperam. E os pais desesperam.

Mas somos todos muito compreensivos quando nos pedem mais tempo para resolver algumas “incongruências”. Com um “Desculpem lá, são coisas que acontecem!” quase vamos tomar café com eles... Não os desgraçados que se veem subjugados por uma diferença de métrica.

Falo dos outros. Dos tais 99% (???) que, pelos vistos, não tiveram qualquer problema nas colocações.

A abrir os telejornais temos o paradigma da normalidade – Portugal como a bandeira a 5 de outubro de 2012, de pernas para o ar. Anulam-se concursos, anulam-se pessoas, anulam-se vidas. E as nulidades continuam no ativo. Continuam a entreter a malta com malabarismos sintáticos e semânticos neste circo que montaram, onde querem que os palhaços trabalhem com vínculo precário.

Bem, sejamos sinceros, não dá mais. Chega de jogos de palavras, de fórmulas mágicas e poções estragadas.

A solução, para mim, é simples: uma sala ampla onde se juntem ministros, secretários e demais vassallos, abrir as mãos para uma sonora “Pim-po-ne-ta” e ir anulando um a um. Tal e qual como fazem connosco.

“...a-pitá-pitá-pitucha... PLIM!” ■

**Anulam-se concursos,
anulam-se pessoas,
anulam-se vidas. E as
nulidades continuam no
ativo. Continuam a
entreter a malta com ma-
labarismos sintáticos
e semânticos neste
circo que montaram, onde
querem que os palhaços
trabalhem com vínculo
precário.**

Ensino artístico vocacional

Considerar a diferença

• Ligia Calapez | Jornalista

O início deste ano letivo foi vivido, na generalidade das escolas, como um dos piores de que há memória. Esta é também a opinião de Ana Mafalda Pernão, diretora da Escola de Música do Conservatório Nacional, que realça, por outro lado, a imperiosa necessidade de distinguir o que é diferente e assim proporcionar ao ensino vocacional condições para se desenvolver livremente.

Como está a ser o início deste ano letivo na EMCN?

O ano letivo está finalmente a começar em pleno. Foi o pior ano letivo de que me lembro desde que estou na direção (1995). Houve sempre problemas. Porque, infelizmente, a situação do ensino artístico continua a ficar por resolver. Mas a verdade é que sempre se conseguiu, de uma forma ou de outra, atempadamente, resolver as questões. Independentemente de não termos professores nenhuns, como já foi o caso – nenhum professor ser do quadro. Ou do processo de reestruturação da escola também estar em causa. Sempre se conseguiu controlar a situação do início do ano letivo. Este ano foi o pior ano de todos. Porque não nos foi possível contratar mais cedo. O processo que houve de vinculação extraordinária, também ele foi muitíssimo prolongado, sem qualquer necessidade.



Foto: Paulo Machado

Entrevista com

Ana Mafalda Pernão

Diretora da escola de Música do Conservatório Nacional

Para os alunos, em termos pedagógicos, que significa este atraso?

Em termos pedagógicos – antes de mais, os nossos alunos estão habituados a que os professores, mesmo nas férias, lhes vão dando apoio. Porque não se pode – num tipo de disciplina como é esta – parar durante três meses. E, assim, os nossos alunos estão muito habituados a esse acompanhamento. Muitos deles estão em aulas até ao fim de julho e, em setembro, já estão outra vez a re-

ceber aulas dos professores.

Numa situação tão instável com a deste ano, não sabendo se realmente os professores se poderiam manter ou não, muitos deles não fizeram esse acompanhamento, principalmente já em setembro. Até porque, na situação do arranque do ano letivo, a escola decidiu que não havia condições de abrir o ensino vocacional, por colocar em situação de diferença alunos que tinham professor e alunos que não tinham professor. Por uma questão de solidariedade

eles ficaram todos, de facto, sem ter aulas.

Isto foi muitíssimo complicado, porque os nossos alunos andavam todos a perguntar quando é que iam ter aulas. Porque eles sentem necessidade do apoio e não param, realmente. E perguntam – “agora tenho uma dúvida, onde é que eu posso tirar esta dúvida?”. Nesse aspeto, para os alunos, foi muitíssimo complicado. Agora, para o correr do ano, vamos ver. Mas obviamente que este atraso de um mês vai ter consequências. Nomeadamente no trabalho com o instrumento. Porque aí há uma evolução muito progressiva, uma evolução muito de continuidade.

E nas disciplinas teóricas?

Nas disciplinas teóricas, obviamente, como qualquer outra disciplina de qualquer outro ramo, terá que se fazer adaptações. Provavelmente partes de programa ficarão por dar. Mas, também, nós não temos programa há tantos anos...

Falando da área artística, o que acontece é que nos programas da área vocacional nós não temos, de facto, programas oficializados desde 1930. Portanto, é quase indiferente. Acabamos por adaptar aquilo que achamos que são os conteúdos dessas disciplinas – a história da música é história da música... Podemos incluir mais um conteúdo ou menos outro, coisas que possam ser não estruturantes, mas não se deixa de dar a história da música.

Quer fazer algum comentário em relação à forma como é considerado, ou não, o ensino artístico em Portugal?

Temos que ter cuidado quando falamos do ensino artístico ou do ensino vocacional especializado. Porque o vocacional, para mim, há de ser sempre um ensino com um núcleo restrito de pessoas. Por várias razões. Mas uma delas é que o mercado de trabalho depois também não dará vazão. E, nesse sentido, o que nós precisávamos era de um ensino artístico genérico que preparasse os alu-

nos melhor, para as opções serem mais conscientes.

Ao nível do ensino especializado (não temos programas e continuamos no processo de reestruturação desta escola, da escola de dança, e ainda do conservatório de Aveiro, do próprio Instituto Gregoriano de Lisboa) - em termos de rede, em termos de estruturas de edifícios, e também em termos de conseguir perceber o que é que queremos com este ensino - continuamos com lacunas nesta evolução que tem acontecido de facto desde 1974, mais ainda talvez desde 1983, quando se dividem as escolas do Conservatório Nacional.

O que é muito triste é que andamos estes anos todos à espera que se tomem decisões. Sempre no fim do tempo. Para coisas que já deviam estar resolvidas antes. Acabamos por andar sempre a reboque e sempre dependentes dessas decisões.

A pergunta essencial, se o ensino artístico vocacional tem sido ou é mais acompanhado ou não – penso que, como somos poucos, como se trata de problemas também mais específicos, acabam por ficar sempre para trás. “Esses, tratamos depois”. Mas o “depois” nunca acontece... infelizmente nunca há tempo para fazer o “depois”. E os problemas avolumam-se normalmente e são muito mal resolvidos.

Agora, claro que precisávamos de uma política que destacasse este ensino, que o desgarrasse do resto. Não temos que fazer no ensino especializado da música ou da dança ou mesmo, talvez, do teatro, da mesma forma que fazemos no outro.

E se o destacarmos de facto – se considerarmos que não tem que estar encaixado nas mesmas leis, nas mesmas políticas, até de contratação de professores - poderíamos gerir o ensino artístico mais para as suas essenciais necessidades e para o seu desenvolvimento e não estarmos dependentes do restante.

Não se ganha nada em dizer que isto é a mesma coisa. Porque não é. Uma coisa é darmos escola-

ridade obrigatória a toda a gente, outra coisa é dizer que todos aqueles que venham para aqui estão na escolaridade obrigatória, forçosamente, no ensino artístico. Não estão. E, em certa medida, a lei do currículo, a legislação curricular, já defende essa situação. Já há aqui uma situação diferente. Penso é que não há necessidade depois, em tudo o resto, estarmos completamente restritos à legislação normal do ensino. O que dificulta muito a nossa situação.

Qual a intervenção dos pais neste processo?

Claro que temos os pais, normalmente, sempre ao nosso lado. Neste momento, pelo menos, as pessoas que estão na associação de pais, que estão à frente desses movimentos em defesa da escola, percebem isto muito bem. E até percebem (porque este é um ensino diferente) que às vezes os alunos não têm mesmo que ficar – que é uma coisa que nunca é agradável para os encarregados de educação. E que eu percebo perfeitamente. Ter que desenraizar um filho de uma escola que ele está a seguir, em que tem os seus amigos – claro que é complicado. Mas o que também é complicado é que o ficar, muitas vezes, é prejudicial para a criança e não benéfico. Porque estamos a forçar uma coisa que o está inclusivamente a desmotivar a nível geral. Se ele tem dificuldades, não consegue ultrapassar, isso não iria ser positivo para a sua autoconfiança. ■

A Solidariedade em atos

• **António Avelãs**

|Presidente do SPGL|

Dizem-nos que vivemos em tempos do “salve-se quem puder”, de individualismo exacerbado. Tempos em que o outro – o nosso colega de escola – é percebido como o alvo a abater para que se possa triunfar. Como se a solidariedade pertencesse aos ideais idealistas do passado. É possível que muitos pensem assim. E ter consciência disso ajudou-me a avaliar o profundo significado das manifestações de solidariedade que vivi na concentração dos professores, pais e alunos da Escola de Música do Conservatório Nacional, em protesto contra o atraso na colocação de professores. Escritos à mão em vulgares bocados de papelão. Aqui fica um exemplo: o de um professor, acabado de entrar no quadro da escola, ganhando portanto alguma estabilidade, solidário com os colegas contratados – em instabilidade permanente.

Helder Entrudo (professor na EMCN há 16 anos)

“E pronto, passados 16 anos estou no quadro. Feliz? Não; quando muito aliviado, mas um alívio com uma tonalidade escura e um sabor a bÍlis. Sabor amargo porquê? Porque, apesar do benefício pessoal, não tenho ilusões; a máquina trituradora de quem dirige a educação continua operando. Sugando energia, instalando ansiedade, militantemente inoculando as escolas com o sentimento de carência. Na minha escola, 48 professores estão à espera que seja lançado o concurso para os contratados. Estes 48 professores

são, antes de mais, 48 pessoas, com família, obrigações, que este mês não vão receber o seu salário. Cada uma destas pessoas, para além de merecerem o respeito que advém da sua condição de pessoas, tem ainda a particularidade de serem excelentes profissionais como músicos e professores. São parte fundamental para a qualidade que a Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa apresenta. Estão, neste momento, como eu tantas vezes estive, com o coração nas mãos, sem saber o que vai ser do seu futuro. É mau para eles, mas também o é, especialmente, para os seus alunos, com quem têm uma relação quase familiar e de anos. Não tenhamos rodeios, os alunos sofrem muito com isto.

Agora, só penso em buscar forças e resistir à máquina de prensa que é o sistema educativo. Recuso-me a tornar-me mais um professor amargo e desencantado. Recuso-me a aceitar esta inevitabilidade do ensino utilitarista, sem dimensão humana, pisando e enxovalhando professores e alunos. Recuso-me. Vou focar-me nas coisas boas que existem na educação. Por exemplo, direções de escola como a minha que tem estado de uma forma absolutamente fantástica e no limite das suas forças a tentar resolver de uma forma equilibrada a situação difícil em que o MEC deixou professores, pais e alunos. E, acima de tudo, penso nos alunos. Penso nas aulas, penso no ensino, penso em cada uma daquelas pessoas que estão a fazer um percurso comigo, de quem sinto a enorme honra de ser professor, e sim, acima de tudo, como este trabalho que tenho a sorte de poder fazer tem uma importância superlativa.

Para os quadros pintados, todo o pintor experiente sabe o quão importante é a moldura que se coloca depois de terminado. Uma boa ou uma má escolha e a obra ganha ou perde. Para este quadro, eu escolho uma moldura que possa conter toda uma escola culturalmente viva, pujante de vida e que tenha como centro de atuação uma ideia superior da pessoa humana. Todas elas que ali se encontrem. Nem podia ser de outra maneira.”

Docentes da Escola de Dança solidários

Na Escola de Dança do Conservatório Nacional, um conjunto de professores tomou a decisão de questionar a atribuição de horário-zero a dois docentes com largos anos de trabalho na escola. Entendem que esta atribuição de horário-zero assenta em atos persecutórios – já de longa data – por parte do diretor. E sentem o imperativo moral de denunciar tal comportamento e de sublinhar a importância do trabalho destes docentes para o prestÍgio da Escola. Conseguiram – sim, é isso: conseguiram - ler o texto no Conselho Geral, apesar do diretor, um tal Pedro Carneiro (não confundir com o músico do mesmo nome! Este é bailarino), tudo ter feito para o impedir. Soube mais tarde que o diretor, numa atitude mesquinha e assente em doentia tendência ditatorial, ameaça com represálias e mesmo processos disciplinares, os professores que distribuíram o texto aos outros colegas. Não se pode dizer que a atitude do diretor não fosse expectável. O que torna ainda mais belo este ato de solidariedade.

Declaração

Representantes de docentes com assento neste Conselho Geral nos termos da Lei Escola de Dança do Conservatório Nacional

Acreditamos que uma escola do ensino artístico se afirma no universo pedagógico e cultural de um país pela qualidade dos profissionais que forma, pela sua criatividade e diversidade de talentos, pela sua formação como seres humanos com um código de valores sólidos, alicerçados na sua sensibilidade de artistas.

Estas valências e valores são transmitidos aos nossos alunos por nós, professores e educadores. A experiência que nos habilita resulta de inúmeros anos de docência, ao longo dos quais as nossas capacidades como educadores são desen-

volvidas, alimentadas e refinadas, acumulando deste modo um valor insubstituível e devendo constituir para qualquer escola uma mais-valia e um motivo de orgulho a preservar.

Queríamos realçar a estranheza pelo afastamento de docentes sob o desígnio da atribuição de “horário zero” após larga experiência e décadas de dedicação. Ademais não é entendível a dispensa de profissionais com as competências necessárias ao desenvolvimento da atividade educativa num estabelecimento tão específico como é o da EDCN.

É pois nossa convicção que numa escola com a singularidade da EDCN, em que valores como a Liberdade, Criatividade, Sensibilidade e Humanidade devem ser uma constante, continuem a acontecer situações como esta, que ensombrem a Modernidade que em última instância sempre deve estar aposta ao conceito de Ensino Artístico.

Temos a expectativa de que uma reflexão mais aprofundada possa realçar a importância das valências agora dispensadas e consequentemente sejam repostas. ■

Testemunhos de professores

Merecíamos mais

Somos professores, e não marionetas de um qualquer sistema de desgoverno

Chamo-me João Nuno Baptista e sou professor do 1º Ciclo do Ensino Básico. Ainda sou professor. E, como tal, gostaria que me deixassem sê-lo com a dignidade que esta profissão merece e precisa.

Durante alguns anos fui docente no Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes. Aprendi a ensinar com os alunos com que me cruzei. Aprendi e fui aprendiz, numa troca de saberes entre Encarregados de Educação, discentes e colegas.

Este ano letivo, estranhamente, e ao contrário daquilo que se previa, não obtive renovação de contrato no Agrupamento referido. Nem eu nem muitos colegas que trabalharam comigo. Procurámos explicações junto da DGAE, apresentá-

mos um recurso hierárquico e até ao momento nunca recebemos uma única resposta. Seria o mínimo. Desconhecemos as causas e as razões. E também aqui merecíamos mais, muito mais respeito.

Dia doze de setembro fui colocado, pela Bolsa de Contratação de Escola, por ironia e felizmente, no mesmo agrupamento onde tinha trabalhado. Daria continuidade à turma que conheci no primeiro ano de escolaridade e que neste momento frequenta o segundo. Ficámos contentes e conscientes dos desafios que tínhamos de ultrapassar. Estudar, lutar, dedicarmo-nos – sempre com dignidade e com a certeza de que o mundo só avança com pessoas corretas, leais e que honram os seus compromissos.

Entre cadernos, lápis e livros, começámos a trabalhar. Até sexta-feira, dia três de outubro. Neste mesmo dia soube que o meu contrato fora revogado pelo Ministério da Educação. Assim. Simplesmente assim. Sem explicações, sem moti- vos e, pior do que tudo isto, depois

de o Senhor Ministro da Educação ter assumido perante o país que nenhum professor sairia lesado de todo este processo.

(...) A minha sala de aula está vazia. Os alunos estão em casa. E eu, professor desta turma até sexta-feira, tenho a vida em “compasso de espera”. E no meio de tudo isto, pergunto-me, de novo, sem correr o risco de me repetir, se não merecíamos todos mais. Muito mais. A resposta parece-me clara. Evidente. Foi o Ministério que me colocou na escola. Foi o Ministério que me permitiu começar a dar aulas àquela turma e a trabalhar com aquelas crianças. Foi esse mesmo Ministério que, sem olhar a meios, sem justificações e sem ter em atenção os danos que toda esta situação acarreta, que me anulou o contrato. Ironia do destino? Não. Incompetência. Insensatez. E desonra pelas palavras proferidas. Não nos podemos esconder através de comunicados que enviamos às escolas (como se os agrupamentos tivessem culpa de algo!); temos de

dar a cara e de explicar ao país o que se está a passar.
(...) Um dia, quando tudo mudar e quando aprendermos que a regra base da vida em sociedade é respeitarmos para sermos respeitados, lembrar-me-ei de tudo isto. Com a vergonha que tem, obrigatoriamente, de estar associada a esta situação. Com repugna. Com injustiça. Com a falta de ética e de palavra. A palavra, a palavra da lealdade que nos pedem que ensinemos aos alunos. A tal palavra verdadeira que não tiveram para com os professores, mas que nós, felizmente, continuaremos a ensinar às nossas crianças. Quando nos deixarem. E quando se aperceberem de que não se corrigem erros com outros erros. Aliás, erros imperdoáveis e que nunca deveriam acontecer. É que somos pessoas, somos professores, e não marionetas de um qualquer sistema de desgoverno.
(...) Merecíamos mais! Muito mais!

João Nuno Baptista

O sentimento é de INJUSTIÇA!

Na 1ª semana de setembro, no âmbito da procura ativa de emprego (note-se que, no ano letivo anterior, havia estado desempregada), consegui ser convidada para dar 24h semanais de formação em duas escolas do ensino particular e cooperativo (como trabalhadora independente) próximas da área de residência.

Iniciei funções na manhã de **12 de setembro**, numa das escolas; no mesmo dia: a) dirigi-me ao IIEFP-Centro de Emprego, para comunicar a alteração da inscrição e suspender o subsídio de desemprego; b) dirigi-me à repartição das Finanças no sentido de proceder à inscrição como Trabalhadora Independente (visto o sistema informático não funcionar, o técnico superior explicou como deveria proceder via net); c) à noite, verifiquei que tinha sido colocada na BCE1, na EB2,3 João de Meira, em Guimarães, com 14 horas, em Espanhol.

Atendendo ao reduzido nº de horas na João de Meira e à proximidade/facilidade na logística dos meus 3

filhos (de 6 anos, 36 meses e 20m), estava decidida a desistir da BCE (afinal eram só 14 horas, além de ter consciência de que a minha colocação provinha de um erro na aplicação e de que, para o ano, voltaria a ficar na insegurança de conseguir um lugar como docente do ME).

Dia 15, lecionei o primeiro bloco na 2ª escola particular e dirigi-me à João de Meira para manifestar a minha desistência. Chegada à escola, foi-me transmitido pela Direção que havia a possibilidade de completar o horário. Apesar dessa tentação, e como, desde o início, tinha a certeza de que a minha colocação se devia a um erro dos serviços centrais do ME, uma vez que havia concorrido aos 3 grupos de recrutamento (300-Português, 320-Francês, e 350-Espanhol) com o tempo de serviço da 1ª licenciatura (Português-Francês, pela FLUP - perto de 4000 dias de serviço docente, desde 1998; a Espanhol, apenas tenho 152 dias, antes da profissionalização, datada de 3 de junho de 2014); note-se que a **plataforma informática não aceitava a inserção de dados discriminados por grupo de recrutamento**. Alertei a direção da João de Meira, logo no 1º contacto, para esse facto e inclusive levei todos os certificados e certidões necessários para provar que esse tempo não correspondia ao Espanhol, reforçando a necessidade de ter de estar segura da decisão a tomar, ou seja, largar as escolas onde já havia iniciado funções como Trabalhadora Independente, e optar pela colocação do ME.

Disseram-me que, acaso houvesse erro, este não fora da sua autoria nem minha, e que se a DGRHE me tinham colocado, teria sido porque eu reuniria as condições necessárias.

Perante a possibilidade de ter horário completo, contrato de trabalho até 31 de agosto, ADSE para mim e para os meus 3 filhos, além de beneficiar da redução de amamentação, aceitei o “engodo” que o ME me apresentou.

Consciente da minha falta para com as instituições que me tinham oferecido trabalho, colaborei nas diligências necessárias para encontrar outro(a) profissional que me substituísse, sem provocar grandes

transtornos no início do ano letivo. Passados sensivelmente 15 dias no exercício das funções docentes incumbidas, no dia 2 de outubro, ao fim de mais um dia intenso de aulas, recebi a notificação (consternada, por parte de uma colega da Direção) da anulação do concurso. (...) O sentimento é de INJUSTIÇA! Estou novamente desempregada. Perdi o lugar nas duas escolas particulares que me haviam convidado e na EB João de Meira...por um erro que não foi meu e para o qual alertei todos os intervenientes...

O subsídio de desemprego termina em janeiro e ...

Célia Sousa (Felgueiras)

Fui injustamente retirada de concurso

O meu nome é Ana Antunes, sou professora, com dezoito anos de serviço, efetiva com "horário zero" e fui vítima de uma situação incoerente no concurso de docentes. Uma situação injusta e não divulgada.

Por não possuir componente letiva na minha escola de provimento, e de mobilidade, concorri no concurso de mobilidade, como indica a lei.

Fui retirada desse mesmo concurso pelo ministério com uma suposta componente letiva, não existente em nenhuma das duas escolas. As escolas informaram a DGAE da situação e eu solicitei a justa reintegração nas listas de concurso pois existem sempre horários tardios.

Entretanto o ministério indicou que terei que ficar na minha escola de provimento, sem componente letiva e distante da minha residência, quando os meus colegas, menos graduados, e em concurso, ficam colocados semanalmente em horários letivos completos e perto da minha residência.

(...) Fui injustamente retirada de concurso, sem componente letiva e longe da minha residência, e os meus colegas ficam em situação mais favorável quando eu, e os centenas de colegas na mesma situação, deveríamos ser reintegrados nas listas de concurso com vista a conseguir uma situação mais favorável.

Ana Antunes ■

Carta de uma mãe a Nuno Crato

• Rita Gorgulho

Mãe, encarregada de educação

Dossier

Início do Ano Letivo

Diga-me, senhor Ministro da Educação, que escola é esta? Que escola é esta, que, passado um mês do início das aulas, continua com professores por colocar? Que escola é esta que despede professores e sobrecarrega outros de forma desumana?

Caro Nuno Crato, escrevo-lhe enquanto mãe, e nem sei por onde começar... Recordo-me do entusiasmo inicial de muitos, quando foi nomeado Ministro da Educação: alguém de “fora do aparelho”, um matemático, que ia repor a ordem nas escolas, repudiava a burocracia, e se dizia empenhado em devolver o poder aos professores na sala de aula... Mas não durou muito o seu estado de graça, pois não? Até esses que o apoiavam começaram a desconfiar, quando o seu preconceito contra a escola pública ganhou forma através das coisas inenarráveis que foi pondo em prática. Não sei qual foi a primeira medida que me arrepiou, é que já lá vão tantas! De há três anos para cá, o retrocesso tem sido tão rápido, que não consigo estabelecer uma cronologia exata, mas posso enumerar-lhe algumas das coisas que fez, e que me envergonham de tê-lo como ministro (e a si? terá ao menos um pingo de decência, que o permita sentir, nem que seja à flor da pele, a vergonha de que o seu nome se tornou sinónimo?).

Cortou brutalmente o investimento público da educação, ao mesmo tempo que aumentava o financiamento aos colégios privados e, através de mega-agrupamentos absurdos, forçou milhares de alunos a percorrer distâncias desumanas para frequentar a escola. Há três anos que fecha escolas indiscriminadamente, esvaziando ainda mais as localidades interiores deste nosso triste país, e roubando-lhes o parco futuro com que podiam, ao menos, sonhar.

A seguir, inventou as turmas de nível, e, nisso, dou a mão à palmatória: coerência não lhe falta no que toca à discriminação, uma das suas imagens de marca. É que não escapa ninguém — nem o ensino especial! Sabe que há uma criança cega em Mirandela que faz 120km diários para poder ir à escola e ter o acompanhamento necessário? Consegue dormir à noite?

A nível pedagógico, posso falar-lhe daquela aberração chamada «metas de aprendizagem». Já as leu? Eu já. Sabe porquê? Por causa da aflição dos meus filhos, quando se foram deparando com conceitos para os quais não têm, nem têm de ter, maturidade para lidar. E os sinistros exames do 4.º ano, que tanto condicionam a aprendizagem das crianças, sem que haja uma única vantagem reconhecida por quem quer que seja, para além dos saudosistas do cinzentismo da ditadura, como o senhor?

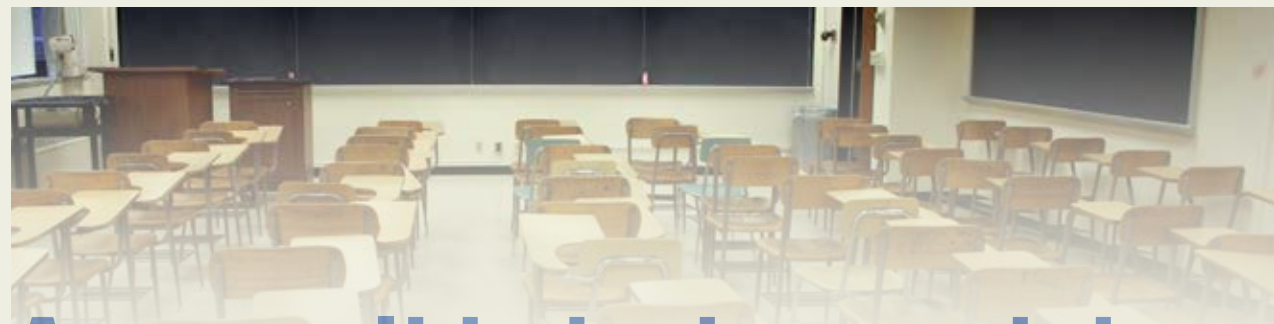
Não sei se algum dia lhe explicaram que a escola não é um laboratório de sofrimento, e já percebi que tem uma embirração

ideológica com tudo o que seja aprender. Só assim se explica que, graças a si, haja professores de rastos já em outubro, por causa da quantidade de alunos e horários descabidos. Sabe como se descreve a situação de professores do 1.º ciclo que fazem 27 horas letivas? É pura violência. Para eles e para os alunos.

Falta ainda mencionar a desgraça que tem sido a colocação de professores. Nos últimos anos, as trapalhadas têm-se sucedido, mas este ano superou tudo. E, como se não bastasse o triste espetáculo do matemático que não sabe usar fórmulas, respondeu ao caos com mentiras, cinismo, mais caos e uma série de vidas destroçadas. Diga-me, senhor Ministro da Educação, que escola é esta? Que escola é esta, que, passado um mês do início das aulas, continua com professores por colocar? Que escola é esta que despede professores e sobrecarrega outros de forma desumana? À minha filha, «só» faltam dois, e em que estado deixou a educação, para que ainda haja quem me diga que até tem «sorte»?

Há tempos, o senhor dizia que era necessário implodir o Ministério da Educação. (<http://www.publico.pt/politica/noticia/nuno-crato-ainda-quer-implodir-o-seu-ministerio-1501062>). Agora que já terminou este seu objetivo, pode, por favor, pedir a demissão? Não chega já tanta destruição? É que o seu proclamado rigor é só um - o rigor mortis da escola pública; e de ministro já não tem nada, é apenas o coveiro. ■

13 de outubro, 2014



A normalidade deste ministro é, no mínimo, anormal

• Rita Pacheco

|Mãe, encarregada de educação|

Venho por este meio mostrar o meu descontentamento por todo o processo de colocação de professores que está a acontecer (ou antes que não está a acontecer) em algumas escolas. Gostaria que alguém me esclarecesse a razão de estarmos a dia 17 de setembro e ainda faltarem tantos professores nas salas de aula. O meu caso é apenas um de muitos. Tenho uma filha de quatro anos que este ano entrou para o Jardim de Infância da escola EB1 da Mina, na Amadora. Na segunda-feira (15), início do ano letivo, fiquei chocada, surpreendida e desiludida ao saber, no dia que deveria ser o de apresentação, que as duas salas do Jardim de Infância estavam ainda sem professores. Tenho todos os dias ligado para a sede de agrupamento (Cardoso Lopes) e ninguém faz ideia de quando a situação se vai resolver. Até lá, há pelo menos, só naquela escola, e no jardim de infância, 40 crianças à espera, para começar as aulas. Sei que há ainda muitas outras escolas, do mesmo agrupamento e de outros, que estão ainda sem professores. Nada parece justificar que, nessa segunda-feira, no caso da EB1 da Mina, em dez turmas faltassem colocar seis professores. Mas afinal, o final das aulas foi em junho e, de facto, não houve muito

tempo para que as coisas fossem resolvidas a tempo de as crianças terem o direito de começar o seu ano letivo sem angústias e sobressaltos.

No caso particular desta escola, há duas educadoras que nos últimos quatro anos foram as professoras do Jardim de Infância e de quem os pais, as crianças e a escola gostavam muito. Este ano, não tiveram colocação e vão para casa, receber um subsídio de desemprego. Entretanto, há duas vagas ainda por preencher e, mais uma vez, 40 crianças à espera de começar a escola. Posso ser muito básica, mas não me parece uma situação razoável. Parece-me uma situação em que todas as partes saem a perder.

No dia 15, o ministro da educação anunciou a sorrir: “O arranque do ano letivo está a decorrer com normalidade”, ainda devia estar de férias e a falar de um outro país que não o nosso. A “normalidade” deste ministro é, no mínimo, anormal. A soberba que Nuno Crato mostra é atroz e deixa bem visível o desrespeito e o desprezo total por professores, pais e crianças.

Também se pode dar o caso de ser apenas incompetente, mas aí deveria ser ele a não ter colocação em nenhuma função onde tenha de lidar com pessoas... ou com computadores, ou com contas, uma vez que não mostra qualquer apetência para nenhuma

destas áreas.

Se calhar, também deveria estar calado, porque se considera que “não é o fim do mundo”, existirem erros na colocação de professores, algo está de facto errado. Não será o fim do mundo mas hoje já é dia 17 de setembro e há uma série de crianças, de diferentes anos, sem aulas e outros tantos pais sem saber onde deixá-las. E muitos, muitos professores em situação muito complicada sem saber o que esperar do futuro e outros ainda muito desmotivados e desiludidos, o que, em última análise, não será bom para os alunos. Não sei se o ministro tem filhos, nem as suas idades, mas presumo que não estejam a ser vítimas “destes erros”.

Escrevo este e-mail com um sentimento impotente, uma vez que sinto que não vai levar a lado nenhum e não vai chegar onde devia. No entanto, Nuno Crato também disse: “Os erros que existam e que nos sejam comunicados, com certeza que serão corrigidos. O sistema tem mecanismos para corrigir esses problemas. Se existirem, serão corrigidos”. Por isso é o que espero. Espero também que a minha filha, de quatro anos, possa finalmente estrear a mochila, os lápis e as canetas que escolheu com tanta alegria, para começar na escola nova “dos crescidos”. ■

17 de setembro, 2014



Felizarda Barradas

5 de outubro

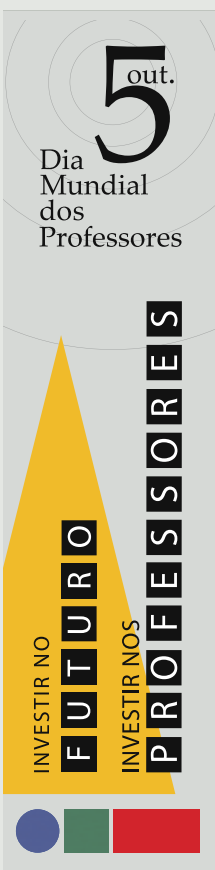
Dia Mundial do Professor

O SPGL esteve presente nas comemorações do Dia Mundial dos Professores. Vários milhares de docentes concentraram-se no Rossio e rumaram ao Largo de Camões gritando repetidas vezes *"Crato vai para a rua, a escola não é tua"* e *"Crato sabichão dá cabo da Educação"*.

Durante o percurso e correspondendo ao apelo lançado pela Plataforma de Sindicatos de Professores foram distribuídos livros à população, livros que cada um dos manifestantes trouxe de sua casa.

No final da concentração, os dirigentes de cada uma das organizações dirigiram uma saudação aos presentes. A incompetência do MEC no processo de colocações e o elevadíssimo número de alunos ainda sem aulas nesta data foram referidos em praticamente todos os discursos. A política do MEC de ataques continuados à escola pública e em particular aos professores foi outra das tónicas das intervenções.

Mário Nogueira, na intervenção final, anunciou ainda uma auscultação aos professores, em todo o país, sob a forma de um inquérito, para apurar eventuais formas de luta que os docentes estejam disponíveis para realizar este ano letivo.



Os perigos do Tratado Transatlântico de Comércio Livre

Joaquim Jorge Veigunha

O ‘Transatlantic Free Trade Agreement’ (Tafta) visa a formação de um mercado mundial totalmente liberalizado com base em padrões comuns tanto no que respeita às trocas comerciais, como relativamente aos investimentos. Em 22 de outubro de 1990, foi aprovada pelos Estados Unidos e a União Europeia a ‘Declaração Transatlântica’ que se empenhava em promover o livre câmbio através da realização de cimeiras periódicas. Em 28 de novembro de 2011, no decurso de uma cimeira entre estes dois grandes blocos comerciais, foi criado um Grupo de Trabalho de Alto Nível a quem foi atribuída a tarefa de reduzir os obstáculos tarifários e não tarifários à circulação internacional de mercadorias. Em 13 de fevereiro de 2013, o Presidente norte americano Barack Obama, o Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso e o Presidente do Conselho Europeu Herman Von Rompuy anunciaram negociações para uma parceria sobre comércio e investimento. Entre 29 de setembro e 3 de outubro de 2014, os representantes das duas primeiras potências comerciais do planeta reuniram-se com o objetivo de instituir um grande mercado transatlântico.

Os apologistas do livre cambismo consideram que a formação deste grande supermercado transatlântico contribuirá para reduzir as barreiras aduaneiras e as barreiras não tarifárias (contingentes, normas de produção e de importação), o que se traduzirá pelo aumento do crescimento económico. Defendem também que a abertura aos investimentos estrangeiros terá como principais consequências o aumento do emprego e a difusão da prosperidade nos dois lados

do Atlântico.

Estes argumentos não têm, porém, nenhum fundamento real. Segundo diversos estudos, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) induzida pela formação do grande mercado transatlântico na União Europeia variará entre 0,3% e 1,3% por um período de 10 anos¹, o que é manifestamente irrisório. A redução das tarifas alfandegárias entre os EUA e a União Europeia não passa de uma mera figura da retórica livre cambista, já que estas são, em média, atualmente, de apenas 2%, com exceção de alguns ‘picos tarifários’ (calçado e laticínios, para os EUA, produtos agrícolas e carne para a União Europeia). A uniformização das normas de produção e importação tende a abstrair-se das condições sanitárias e ecológicas que protegem os consumidores e, com o argumento do aumento das quantidades produzidas, estimula a degradação da qualidade dos bens e serviços e a redução dos controlos sanitários. No caso europeu, a aprovação do tratado porá em causa a interdição europeia da proibição da importação dos EUA de bovinos alimentados com organismos geneticamente modificados (OGM) e criados à base de hormonas, bem como, nos Estados Unidos, as restrições à importação da Europa de leite e carne suspeitos de contaminação de encefalopatia espongiforme bovina (ESB), pois verificaram-se, em 2011, 29 casos desta doença, 28 dos quais com origem na União Europeia.

Relativamente à abertura aos investimentos estrangeiros, o critério fundamental do Tafta é menos a criação de emprego do que a redução ao menor denominador dos custos laborais e a promoção do acesso a sistemas fiscais e tributários ‘generosos’ para as grandes empresas transnacionais, ou seja, a sistemas caracte-

rizados pela redução dos impostos sobre os lucros e os patrimónios privados. O nivelamento por baixo dos direitos sociais e laborais, a precarização dos contratos de trabalho, os incentivos às deslocalizações e a redução dos impostos sobre os rendimentos do capital acabarão por pressionar os salários no sentido da baixa, limitar a criação de emprego e agravar a injustiça fiscal e tributária.

Outra consequência do Tafta será a possibilidade das grandes empresas transnacionais poderem recorrer a tribunais internacionais de comércio, como, por exemplo, o Cirdi (Centro Internacional para a Regulação dos Diferendos Relativos aos Investimentos) entre outros, sempre que considerarem que algum Estado põe em causa os seus interesses comerciais. Estes tribunais são geralmente presididos por árbitros com ligações ao mundo dos negócios, o que acaba por condicionar a objetividade das suas decisões. De resto, o artigo 4º do mandato da União Europeia para a negociação do tratado considera que “as obrigações do acordo comprometem todos os níveis de governo” na base de que o direito a investir é um direito que, para além de desfrutar do “mais elevado nível de proteção jurídica”, é incondicionado e absoluto: cada um pode investir “o que quer, como quer e extrair o lucro que quiser.”² Retomando as medidas do Acordo Multilateral do Investimento (AMI), ao que tudo indica em hibernação desde 1998, o Tafta é a grande oportunidade para as grandes sociedades transnacionais e os grandes grupos financeiros porem o mundo ao seu serviço. ■

1- Fonte: *Alternatives Economiques*, nº339, Paris, outubro 2014, p.63.

2 - Jennar, Raoul Mark; Lambert, Renaud – *La mondialisation heureuse*, “Le Monde Diplomatique”, Paris, Junho 2014, pp. 12-13



Fotos: Paulo Machado

Refletir sobre os aspetos pedagógicos mais salientes da importância do cinema (e das artes) na escola foi o tema fundamental da entrevista com João Mendes, professor há quase 30 anos na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, responsável pela área de argumento cinematográfico e coordenador do mestrado em desenvolvimento do processo cinematográfico. Um diálogo em que se falou de vertentes pedagógicas, políticas e se valorizou o ensino do cinema, também como “uma escola do olhar” - de que aqui transcrevemos breves, mas significativos, retalhos. Em discurso direto.

A importância do ensino do cinema

Uma escola do olhar

Lígia Calapez
Jornalista

Entre pedagogia e política

Eu diria que há duas questões que, aparentemente são muito diferentes, mas que se articulam muito profundamente entre si.

Uma delas não diz diretamente respeito ao cinema, diz respeito ao perfil institucional e ao que se faz no ensino superior artístico. Em Portugal – não é só em Portugal, mas nós somos um caso típico – não existe uma política clara em relação ao ensino superior artístico. O Estado português tem dificuldade em perceber porque é que a zona da arte e da cultura é uma mais valia tão

importante para a representação externa e para a imagem externa e interna da nossa vida. Sempre se habituou a olhar, para as artes globalmente consideradas, por um lado, como coisas que entregues a si próprias de vez em quando dão um génio ou outro, como se eles nascessem de geração espontânea e, por outro, como uma esfera que é subsidiodependente e passa a vida a pedir dinheiro para fazer coisas. E essas são as duas leituras prevaletentes que o Estado português faz da arte e da cultura portuguesas.

É preciso uma política de médio e de longo prazo. Em primeiro lugar é preciso uma política. E esta gente não a tem. E, quando a tem, tem-na na base da subsidio-dependência e do “vamos lá apoiar os génios que nasçam de gera-

ção espontânea”. Que é manifestamente inadequado ao meio. Porque **isto é um terreno de cultura onde é preciso estar todos os dias a trabalhar. Porque senão a terra estiola.** Nada sai dali de particularmente bom se não houver um trabalho intenso, permanente e de formação.

Portanto – eu diria que, em primeiro lugar, há um problema de má conceção por parte do Estado português e dos sucessivos responsáveis pela Educação e pela Cultura no que diz respeito à capacidade de pensar a importância do ensino da arte e da cultura.

Eles vão fazendo coisas, vão subsidiando, vão pagando a vida das instituições, cada vez pior e de uma forma cada vez mais insuficiente – mas, enfim, não ousam acabar com a “espécie”. A política



do Estado consiste em não ousar acabar com a “espécie”.

Nós precisávamos de dar um salto qualitativo no que diz respeito à compreensão de qual é o modo como o ensino superior, público designadamente, das artes, faz parte dos investimentos estratégicos na subsistência de uma cultura nacional, ou de uma cultura regional. Esse passo não está feito.

Para que serve o cinema, enquanto arte, na escola?

Alain Bergala foi responsável, em França, pela entrada de um programa do cinema no ensino básico e secundário, precisamente.

A questão que se punha na altura é uma questão que nós também partilhámos e exprimimos da mesma maneira e com o mesmo vocabulário. E que aqui sintetizámos.

A fotografia nasceu, tanto quanto se sabe, em 1822. O cinema apareceu – se remontarmos à versão europeia da história do cinema – em dezembro de 1895, com os Lumière. Depois houve

100 anos de século XX em que a herança da fotografia no cinema, mais o seu desenvolvimento próprio, acabou por dar origem a um universo audiovisual incomparavelmente mais vasto que o universo cinematográfico propriamente dito. Que inclui a televisão, o vídeo, a convergência digital, as novas plataformas, a net, a web.

Isto, na prática, significa o quê? Porquê este relance sobre o panorama geral, o pano de fundo, é interessante para o que eu digo? É que isto significa que o cinema acabou por dar origem a um universo audiovisual incomparavelmente mais extenso que ele próprio e que, em parte, o absorveu.

Quer dizer – o cinema, por exemplo, não soube, durante algum tempo, como lidar com a televisão. Será que o cinema é igual à televisão? Será que agora que a televisão apareceu... É um bocado o problema que os pintores se puseram com a fotografia. Que é: para que é que eu agora sirvo?

A pintura aprendeu a lidar com a fotografia e lidou muito bem. O cinema teve, ao longo do século XX, alguma

dificuldade própria em lidar com novos dispositivos audiovisuais que pareciam ser rivais dele e querer acabar com ele. E nós, de facto, passámos a viver num universo mediático que produz uma montanha inútil de imagens, todos os dias. Quer dizer – a esmagadora maioria das imagens com que nós vivemos hoje em dia, são totalmente irrelevantes.

Mas, dentro deste universo – e tendo nós, professores de cinema, uma consciência muito aguda de que o cinema pode e deve fazer coisas que não seja, por sua vez, produzir uma quantidade gigantesca, excessiva, de imagens totalmente irrelevantes – precisamos de olhar para a história do cinema e ver o que é que ele foi capaz de fazer enquanto arte, que nenhuma outra arte tinha podido fazer antes dele.

A questão é, de algum modo, a que Bergala coloca. Que é: qual é a importância de transmitir, a adolescentes ou a jovens adultos, a capacidade de ver com os olhos do cinema, uma segunda, terceira realidade, que não é a realidade vivida, não é o mundo vivido, mas é a capacidade de transformar esse mundo noutra coisa. Que é um trabalho inevitavelmente de autor ou da equipa que fez o filme. Mas que propõe uma leitura da realidade que se acrescenta ao real e que produz um conjunto de percepções e de emoções sobre esse real que o enriquecem.

E isso é a história da arte. Para que é que servem as artes? As artes servem para nós ficarmos melhores. **As artes são um instrumento para que o nosso olhar se enriqueça, para que a nossa percepção do real se enriqueça.** Portanto – eu diria que a importância do cinema na escola é precisamente ensinar a ver. É uma escola do olhar.

Um pouco da história da Escola Superior de Teatro e Cinema

No que respeita à escola de cinema, esta escola propriamente dita tem uma história que vale a pena evocar em duas pinceladas, que ajuda a perceber o que é que ela é, o que é que ela faz, o que é que ela fez até agora.

Esta escola foi criada em 1973 (na sequência da reforma Veiga Simão), como escola piloto dos profissionais de



Foto: Paulo Machado

cinema, no Conservatório Nacional. E, nessa altura, claramente era uma escola com vocação profissionalizante que visava formar técnicos de cinema – montadores, luminotécnicos, diretores de imagem, sonoplastas, diretores de fotografia. Os ramos básicos da formação eram – imagem, som, montagem e produção. Coisas muito práticas.

A realização cinematográfica, por exemplo, só veio muito depois. Inicialmente não havia o objetivo de formar realizadores. Tinha-se, nessa altura, a percepção de que formar um realizador é uma coisa que demora 20 anos. E que não são as escolas a formar realizadores. O que podemos é formar técnicos de várias competências, mas não necessariamente artistas que estejam à cabeça de uma equipa coletiva, que depois leva por diante coisas como filmes.

Estávamos no apogeu do cinema novo português – portanto, quem faz a escola de cinema de 1973 é a geração do cinema novo português.

Quando estamos a falar de cinema novo, estamos a falar de quê? Estamos a falar do cinema de um país relativamente periférico, cujas matrizes inspiradoras fundamentais são, simultaneamente, a nouvelle vague francesa – muito recente, visto que os primeiros filmes são de 58-59 – e o neorealismo italiano, de uma década antes, de 45 a 50.

E, claramente, esta escola faz parte desse movimento. Quer por causa da sua origem, quer por ter sido a escola que fundamentalmente formou essa geração da escola portuguesa, acabou por ocupar, durante muito tempo, um

lugar central na formação de cineastas. E agora estou a usar a palavra cineastas no sentido largo – quer realizadores, quer os outros técnicos que fazem cinema. E isso é uma coisa que ainda hoje se verifica.

Inevitavelmente esta situação também se vai diversificar, por-

que entretanto começou a haver oferta de outras escolas. Mas o que continua basicamente a distinguir esta escola das restantes e, designadamente, das formações universitárias, é que esta escola está infinitamente mais ligada à prática. Quer dizer – os alunos entram cá e, no primeiro semestre, estão a fazer filmes. E nunca param de fazer filmes. Estão a aprender mas estão a fazer filmes ao mesmo tempo.

A importância do trabalho em equipa

Há dois aspetos que eu penso que são muito característicos do cinema e o cinema sabe acerca de si próprio.

Por um lado, não existe cinema a não ser como resultado de um trabalho em equipa, por causa da especificidade da divisão de tarefas que ele envolve inevitavelmente – e são tarefas técnicas que exigem, na quase totalidade dos casos, formação muito específica. Portanto, quando nós pensamos numa equipa que vai fazer um filme, pensamos inevitavelmente na quantidade de sinergias e de competências que é preciso juntar em torno de um projeto para o poder levar até ao fim. Essa dimensão de trabalho de equipa – quem ensina cinema promove-a sistematicamente. E explica, desde a primeira aula, aos alunos, que o cinema é uma coisa que existe porque as pessoas foram capazes de se juntar em torno de um objetivo comum, que é fazer um filme.

Outra coisa – a valorização do trabalho, que está muito ligada, penso eu, à

importância do espírito de equipa e da capacidade real de trabalho em equipa. Quem mexe em cinema sabe quanto trabalhoso é fazer uma longa-metragem. O trabalho em cinema, globalmente considerado, é um trabalho pesado. Dá muito trabalho. E é curioso porque eu penso que há duas ou três dimensões do trabalho que são cruciais na aventura humana do mundo. Uma delas é o trabalho como punição bíblica. Comeste daquela árvore, então agora vais ganhar o teu pão com o suor do teu rosto... Há esse lado – punição divina. Mas, depois, há outro, que contraria essa definição, que é – nós fazemos provavelmente parte de uma cultura que sabe que o trabalho, se não é a principal, é uma das principais dimensões humanas. É uma dimensão de realização. E como o cinema é uma trabalhadeira, trabalhar no cinema é também garantir que a dimensão trabalho da vida humana está satisfeita, porque o cinema, de facto, dá muito trabalho a fazer.

No cinema vive-se muito para aquilo. Vive-se muito para dedicar todas as energias à criatividade, ao próximo projeto, à crítica do que foi feito, ao convívio com outros, à discussão do interesse do que cada um faz. É uma área muito ativa do ponto de vista da ocupação mental.

Uma palavra a concluir

Eu voltaria a sublinhar o que Greenaway dizia: precisamos de ensinar a ver coisas que não são necessariamente as que vemos todos os dias na televisão, e que é possível mostrar através de câmaras de filmar e de sistemas de projeção, coisas que têm uma capacidade de maravilhamento gigantesca, que ultrapassa de longe aquilo que nós pedimos às imagens de televisão.

O cinema – ou pelo menos uma grande parte do cinema, com a qual nos sentimos em casa – teima em dizer que pode oferecer outro olhar sobre as coisas. Esse olhar é de muito boa qualidade. Portanto – vamos trabalhar na procura dessa qualidade e vamos tentar transformá-la num sistema de ensino em que ela possa ser transmitida. ■

SPGL: 5º Congresso em marcha

Estatutariamente, o Congresso do SPGL não têm funções eletivas. Isso permite marcá-lo para momentos em que a situação pedagógica ou de política sindical exija uma reflexão mais cuidada ou o repensar de novos caminhos. Os amargos tempos políticos e sociais que vivemos, caracterizados por violentos ataques aos direitos de cidadania – direitos laborais, sindicais, profissionais – justificam não só a convocação do Congresso mas também o lema geral que o orienta: “Os desafios da docência perante o recuo dos direitos de cidadania”.

O facto de o Congresso não ter que gastar tempos para processos eleitorais nem apresentação de relatórios permite organizá-lo de uma forma um pouco diferente, potenciando uma discussão séria das questões centrais que se põem ao ensino e à educação. Assim, decidiu-se apostar, ao longo dos dois dias que dura o 5º Congresso, na realização de três grandes conferências que abordam as grandes apostas na reconfiguração da Escola Pública. No primeiro dia, 5 de fevereiro de 2015, na sessão da manhã, António Sampaio da Nóvoa falará sobre “A igualdade de oportunidades reforça a democracia?”. Na sessão da tarde, Carlinda Leite orientar-nos-á na busca de respostas à questão “Que fazer com a escolaridade obrigatória até aos 18 anos?” Na manhã do dia 6, Manuela Esteves abordará o tema “Autonomia e conteúdo funcional da docência”. Em todas estas sessões, a seguir às conferências, haverá debates que serão orientados, através de intervenções curtas introdutórias, para as grandes

questões que preocupam os professores e educadores.

Esses debates, tal como as Conferências, permitirão ir melhorando e alterando o projeto de resolução, previamente apresentado, nos termos do regulamento.

Na tarde do 2º dia, haverá também uma Conferência: Alan Stolorov tratará o tema “Que novos rumos para o sindicalismo docente?”. E, obviamente, discutiremos e aprovaremos as linhas determinantes da intervenção sindical

do SPGL para aos próximos anos.

Todos podem participar!

O projeto da direção assenta na ideia de que todos os docentes podem enviar textos sobre temas que considerem importantes para a Escola e para a vida sindical. Divulgá-los-emos no Congresso, mesmo que não possam, por razões de tempo, ser aí lidos e discutidos. Mas ficarão sempre como material de reflexão para os docentes interessados. Não hesite: escreva já o seu texto e envie-o para spgl@spgl.pt ■





1º Dia 5 de fevereiro de 2015

Conferência:

A reconfiguração da Escola Pública: intervir de que modo?

Manhã

09.00/09.30h – Receção aos delegados

10.00/10.15h – Abertura

10.15/10.45h – Tema de fundo: a igualdade de oportunidades reforça a democracia

Orador convidado: António Sampaio da Nóvoa

10.45/11.00h – Pausa

11.00/12.00h – Intervenções sobre o tema:

Liberdade de escolha vs Escola Pública de qualidade

- Privatização do ensino/ Elitização do acesso à universidade
- Percursos diferenciados/Garantias de igualdade de oportunidades
- Papel das propinas/Cheque ensino/Empréstimos bancários

Programa do Congresso

12.00/13.00h – Debate

Tarde

15.00/15.30h – Tema de fundo: que fazer com a escolaridade obrigatória até aos 18 anos?

Orador convidado: Carlinda Leite

15.30/16.30h – Intervenções sobre os temas:

Metas educativas vs Gestão do currículo

Aprendizagens vs Resultados e Competências

- Examocracia/ Alunos a duas velocidades
- Projetos e equipas educativas como reforço da escola inclusiva
- Municipalização da Educação

16.30/16.45h – Pausa

16.45/17.45h – Debate

17.45/18.30h – Pistas para uma intervenção assertiva

2º Dia 6 de fevereiro de 2015

Conferência:

Os imperativos da profissão: dignidade e autonomia

Manhã

09.30/09.45h – Abertura

09.45/10.45h – Tema de fundo: autonomia e conteúdo funcional da docência

Orador convidado: Manuela Esteves

10.45/11.00h – Pausa

11.00/12.00h – Intervenções sobre os temas:

Formação, avaliação, carreiras profissionais

Autonomia e gestão das Escolas

- Estatutos de carreira
- Condições de exercício da profissão
- Autonomia pedagógica e modelo de gestão das escolas

12.00/13.00h – Debate

Tarde

15.00/15.30h – Tema de fundo: que novos rumos para o sindicalismo docente?

Orador convidado: Alan Stolerov

15.30/17.00h – Intervenções sobre o tema:

Política sindical

- Como estar presente nas escolas em tempos de mega-agrupamentos e municipalização da educação?
- A dimensão europeia e o espaço dos PALOP
- Novas abordagens no plano da reivindicação, formas de luta e negociação

17.00/17.15h – Pausa

17.15/18.15h – Debate

18.15/18.30h – Encerramento

As propostas de Regulamento do Congresso e de Regulamento para a eleição de delegados podem ser consultadas em www.spgl.pt

Algumas notas sobre o OE para 2015

Departamento dos 2º/3º Ciclos e Ensino
Secundário do SPGL



A proposta de OE para 2015 apresenta algumas características essenciais: **mantém a linha de austeridade** (essencialmente sobre os trabalhadores - empregados e desempregados - e pensionistas) dos orçamentos do período da Troika que vêm desde 2011; **sustenta-se num cenário macroeconómico (nacional e internacional) “adaptado”** (melhor seria dizer aldrabado!) às necessidades de contabilizar um défice de 2,7% do PIB; **desenha políticas que afundarão qualquer assomo de retoma da economia; a sua execução prática é impossível** pelo que implicará, de novo, um ou mais orçamentos retificativos que certamente trarão mais austeridade ou novas subidas de impostos. Ou a verificação das duas situações conjuntamente.

1) A linha de austeridade pode ser verificada através da manutenção dos cortes salariais na Função Pública (ainda que esteja prevista a devolução de um quinto desses cortes), da manutenção da sobretaxa de IRS, de 3,5%, sobre os rendimentos do trabalho e das pensões - a par da manutenção da redução do número de escalões deste imposto que desfigurou a sua natureza progres-

siva – e da imposição de um teto às prestações sociais que conduzirá cada vez mais famílias portuguesas a uma situação de pobreza crónica. Basta ver que (apesar da devolução de um quinto dos cortes salariais) **a proposta de OE para 2015 prevê um decréscimo de 7,3% das despesas com pessoal** relativamente a este ano de 2014 (rescisões, despedimentos e aposentações estão na base desta previsão). Por outro lado, **a previsão de um corte de 100 milhões de euros resultante da introdução de um teto máximo para a as prestações sociais** indicia mais um ataque profundo a estas prestações;

2) **O cenário macroeconómico que sustenta a proposta de OE para 2015 inflaciona os elementos que podem contribuir para o crescimento do PIB**, desvaloriza a pressão recessiva da política económica nacional e europeia e usa de “*criatividade*”, eivada de contradições, em grande parte das previsões. Prevê, por exemplo, um aumento do PIB de 1,5% (sustentado num aumento do consumo privado, num aumento do investimento, num aumento das exportações e numa diminuição das importações), um aumento da produtividade aparente do trabalho de 0,5%

e uma descida do desemprego para 13,4%. A maior parte destas previsões são contraditórias entre si e ignoram o ambiente de quebra económica mundial e europeia;

3) **O aumento da carga fiscal e a introdução da chamada “fiscalidade verde” são fatores absolutamente negativos para a retoma da economia** num momento, aliás, em que a baixa dos preços do petróleo podia ser aproveitada positivamente. Basta ver que a receita fiscal prevista cresce 5,6% enquanto as contribuições para a segurança social caem 18%;

4) A trifulhice das previsões, em conjunto com o compromisso do governo no cumprimento do défice de 2,7%, constituirá uma ameaça para o futuro do rendimento dos portugueses, com os trabalhadores, os desempregados e os pensionistas à cabeça.

A) Que OE para os ensinos Básico e Secundário?

A despesa total consolidada prevista para o programa do Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar tem um decréscimo previsto

de 11,3%, que se consubstancia em menos 704,4 milhões de euros face a 2014.

Esta decisão política, contida na proposta de Lei do OE para 2015, representa mais um ataque de extrema violência à educação pública em Portugal, ainda por cima no seguimento de outros, feitos nos últimos anos, que têm debilitado a resposta pública educativa de forma profunda. A gravidade da situação assume foros ainda mais vinculados quando as **transferências para as escolas com contrato de associação têm uma queda residual de 1,1%**, pouco mais de 6 milhões de euros. Já para este ano de 2014 tinha havido uma quebra orçamental consolidada no programa do Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar de 7,6% enquanto as transferências para as escolas com contrato de associação tinham um aumento previsto de 0,9%.

Para além disso, nas despesas de funcionamento em sentido restrito (que atingem mais as escolas) **a quebra orçamental prevista é de 12,6%**, correspondendo a menos 600,5 milhões de euros do que em 2014. Por outro lado, o financiamento nacional dos projetos cai 8% enquanto as dotações para a Parque Escolar caem 28,2%. Para agravar ainda mais as coisas as despesas com cobertura em receitas consignadas (com financiamento essencialmente do Fundo Social Europeu) caem 16,6%, mais de 79 milhões de euros.

Esta queda monstruosa da dotação orçamental para a Educação Básica e Secundária é explicada no Relatório do OE para 2015 como resultando, em 62 milhões de euros, das “poupanças” obtidas com os *ganhos de eficiência(?)*, em virtude do *efeito demográfico(?)*, por via da reorganização da rede escolar (mais encerramentos, mais mega-agrupamentos) e de uma maior eficá-

cia nos processos de constituição de turmas, isto é empurrar todas as turmas para o máximo de alunos permitidos por lei, senão mais. Por isso mesmo, o ministro Crato disse à comunicação social que para o ano todo o processo de abertura do ano letivo seria devidamente enquadrado para não dar azo a problemas.

Mas, mesmo descontando estes 62 milhões de euros, juntamente com a totalidade dos 175,2 milhões destinados ao Parque Escolar (para a qual o Governo não tem alternativas em termos de recuperação de escolas), ainda fica por explicar a diferença (**467,2 milhões de euros**) para o corte previsto de 704,4 milhões de euros. Estarão aí certamente aposentações, rescisões e despedimentos, seja qual for a forma sob que se apresentem. Só que 467,2 milhões de euros é uma verba astronómica, impossível de ser atingida, principalmente em ano de eleições, pelo que a sua inscrição no OE para 2015 tem como finalidade contribuir para a mirífica meta de redução do défice para 2,7%, ao mesmo tempo que se constitui como uma enorme pressão sobre o próximo governo, seja ele qual for, no sentido de o obrigar a tomar medidas draconianas no início do próximo ano letivo através de (mais) um Orçamento Retificativo.

B) Onde e como centrar o combate às políticas educativas decorrentes da proposta de OE para 2015?

Um OE para 2015 com esta configuração, para o Básico e Secundário, irá representar uma enorme degradação da Escola Pública. Desengane-se quem pensar que o ano letivo está em curso e as medidas mais gravosas só poderão acontecer se o ciclo político o permi-

tir no próximo ano letivo. Essa pressão existe mas, infelizmente, a prática deste governo mostra que a degradação das condições de trabalho, neste caso concreto dos professores e educadores, pode ir ocorrendo em qualquer altura do ano. Reorganização sucessiva de turmas, sempre que possível quando alguém se aposenta ou em casos de doença de longa duração, atividades *para-letivas* como forma de compensar eventuais atrasos ou falhas de colocação e outras soluções do mesmo género estarão certamente no cardápio desta política educativa (ou ausência dela).

Para além da luta constante pela recuperação salarial, pela reposição das progressões e pela descida dos descontos para ADSE (juntamente com a exigência do retorno da participação das entidades da Administração Central, Serviços e Fundos Autónomos e Empresas Reclassificadas) é preciso combater decididamente pela recuperação da dignidade das condições de trabalho. É preciso combater a sucessiva destruição do currículo e a sua substituição por definições arcaicas (que militam contra o papel da Escola Pública) como incremento das “*disciplinas centrais*” ou a substituição dos processos de ensino-aprendizagem pela preparação obsessiva da resposta a uma examocracia que dissolve a igualdade de oportunidades

Ações concretas neste domínio terão de ser assumidas aos diferentes níveis (sector, região, Sindicato, FENPROF, CGTP), com autonomia mas com boa coordenação. ■



CCT do Ensino Particular e Cooperativo

Processo de conciliação entre a FENPROF e a AEEP

Já se realizaram quatro reuniões de conciliação no MSESS entre a FENPROF e a AEEP com vista à negociação de um novo CCT, encontrando-se neste momento o processo num certo impasse. As principais divergências prendem-se com os horários de trabalho, nomeadamente com a sua duração total assim como os limites de tempos a considerar na componente letiva. Em relação às carreiras, mantém-se uma diferença de dois anos no tempo necessário para atingir o topo e também diferenças nos valores das retribuições, sobretudo nos escalões intermédios da carreira.

Como é evidente, é do interesse de todos a existência de um contrato coletivo de trabalho que regule a especificidade da função docente. Não podemos é permitir que se agrave o fosso entre as condições de trabalho no ensino público e no privado. Tudo faremos para que tal não aconteça.

Tal como temos feito, continuaremos a enviar para todos os sócios informação sobre este difícil processo de conciliação.

Acompanhe ao pormenor esta negociação em www.spgl.pt e www.fenprof.pt. ■

Trabalhadores e pais reclamaram seriedade junto da IPSS Externato Santa Joana, em Sesimbra



No passado dia 30 de outubro mais de uma centena de manifestantes concentrou-se junto ao Externato Santa Joana, em Sesimbra, numa luta convergente de trabalhadores desta instituição e pais das crianças que a frequentam.

Em causa estão salários em atraso aos trabalhadores, aumento do horário de trabalho e discriminação dos dirigentes sindicais. Da parte dos pais e encarregados de educação o protesto dirigiu-se contra um segundo aumento das mensalidades num espaço de 3 meses.

De assinalar que a direção desta IPSS propôs aos trabalhadores uma “doação financeira” de 15% do seu salário até 2019. Isto é, pretende roubar os salários dos trabalhadores e que estes concordem com o roubo para colmatar a irresponsabilidade da gestão praticada nestes últimos anos.

A resposta dos trabalhadores foi admirável – em grande unidade, compareceram todos à concentração e manifestaram o seu repúdio pelas “propostas” da direção. Os trabalhadores e os seus sindicatos, numa postura de diálogo, apresentaram propostas concretas para ultrapassar eventuais dificuldades. Não obtiveram qualquer resposta.

No próprio dia da concentração foram pagos salários em atraso aos 4 trabalhadores em falta, referentes ao mês de setembro. Ficaram ainda por pagar os subsídios de Natal de 2013 e de férias de 2014.

Durante a concentração entrevistaram, para além de várias trabalhadoras da instituição, mães e pais, uma representante do Sindicato da Função Pública e o coordenador da União de Sindicatos de Setúbal.

Da parte do SPGL, que organizou esta concentração, interveio Deolinda Fernandes que concluiu que se não forem resolvidos os problemas que ali levaram estes trabalhadores regressaríamos no dia 13 de novembro, à mesma hora. Não desistiremos enquanto as situações não forem regularizadas!

No dia seguinte a esta concentração, o SPGL foi informado que a direção do Externato Santa Joana, numa atitude intimidatória, ameaçou os trabalhadores, um a um, que não iria pagar o salário de outubro, sem qualquer explicação. O SPGL já pediu a atuação urgente da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) para pôr cobro a estas ameaças e garantir o pagamento atempado dos salários. ■

MEC recusou-se a receber delegação do SPGL

No passado dia 9 de outubro uma pequena delegação do SPGL deslocou-se ao MEC para tentar encontrar soluções para dois casos em concreto – é que a vida do sindicato também é feita de casos singulares e também estes têm grande importância. Os dois casos resumem-se assim: uma associada rescindiu, por mútuo acordo, o seu contrato a 29 de abril e até essa data não tinha recebido a compensação contratada; uma outra esteve vários anos em Licença Sem Vencimento de Longa Duração. Ao pretender regressar não teve

vaga; concorreu e ficou colocada como contratada vários anos. Ficou vinculada no recente concurso extraordinário, em QZP. Quando concorreu, nesse âmbito, a mobilidade interna foi retirada das listas. Conclusão: nem contratada nem do quadro, ficou sem emprego, numa espécie de limbo sem emprego (nem vencimento). Não pode concorrer como contratada porque é do quadro. Não pode ficar colocada no quadro porque já pertencia ao quadro anteriormente e estava em Licença. Confuso? Pois é de casos destes que também

se faz a intervenção do sindicato.

Solicitámos uma reunião ao ministério para o referido dia 9 de outubro para tratar destes dois casos. Lá chegados, deparámo-nos com um aparato policial absolutamente injustificado e as portas fechadas. Depois de várias diligências lá veio uma funcionária dizer que não seríamos recebidos e que deveríamos aguardar por uma reunião. Reunião que veio marcada para a DGAE. Mas não deixaremos cair no esquecimento estes dois casos que têm de ser resolvidos. ■



Foto: Josephine Carino

O modelo de organização da escola e os exames nacionais

Pedro Santos
Docente do 1º Ciclo

Para que servem os exames logo ao 4º e 6º ano de escolaridade se o que temos vindo a observar é o desmontar do sistema educativo desde a sua fundação? Para validar a implementação da generalização de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) ou Agrupamentos de Escolas com Contratos de Autonomia, fazendo de Portugal uma manta de retalhos educativos? Será por imaginarem que temos uma grandeza territorial semelhante aos Estados Unidos da América (em que, pelas distâncias territoriais e de origem fundacional dos estados, cada comunidade tem a sua identidade própria e única) ou uma grandeza equivalente aos países do Norte da Europa em que podemos acreditar na ética moral e legal, no respeito por diplomas legais em vigor (Finlândia, Suécia, Dinamarca)? Para que se pretende, então, avaliar por exame, desde tenra idade, os nossos alunos, se depois comparamos projetos educativos que, mesmo tendo por base o currículo nacional, não seleciona os

professores de acordo com a sua experiência em termos de anos de trabalho mas a partir de um currículo de papel (há professores com pouca experiência profissional a serem contratados porque, por força de não terem tido trabalho ou de terem trabalho a espaços, terem feito e acumulado formações)? Para que se quer avaliar os alunos desde tão cedo, se a mensagem subliminar que se lhes passa é que a classificação profissional ou a experiência acumulada valem pouco (como motivar os alunos para o estudo, para o sucesso e para o empenho, se sabem que o acesso ao trabalho não se rege por regras de igualdade, transparência e justiça)? Por que razão se quer avaliar num momento único e específico as crianças em Portugal, numa perspetiva redutora e violentamente reveladora das suas dificuldades, sabendo que aprender é um processo contínuo e de relação, muito mais que individualista e pessoal? Em súpula, a escola e o ensino em Portugal dever-se-iam unir em torno daquilo que caracteriza os nossos alunos, centrado na sua uniformidade cultural de país uno e indivisível. A experiência que tenho de vários anos de serviço, em vários distritos deste país, é que todos os alunos reagem da

mesma maneira nas brincadeiras, nas graças, nos trejeitos, nos jogos, nas relações sociais e institucionais, nas aprendizagens e na sua relação com a escola. Então, quando o poder político e legislativo quer montar este sistema que assenta na premissa “uma escola, um projeto, um ensino”, em que cada agrupamento implementa medidas diferenciadoras de acordo com a sua área geográfica de intervenção, por que motivo, no final, avalia todos por igual num exame geral que não tem em conta a sua especificidade?

Refletindo a diferenciação dos métodos, das atividades, dos processos e da articulação com a comunidade dos vários agrupamentos, levará a que um aluno que tenha uma excelente classificação nos exames seja de facto melhor que outro oriundo do agrupamento ao lado? Será que, sabidas as notas dos exames finais de ciclo, não irá este fator levar a que todos os agrupamentos, com a pressão do sucesso educativo, absorvam e interiorizem um efeito mimo, matando aquilo que levou à sua génese enquanto Território Educativo de Intervenção Prioritária ou de Escola com Contrato de Autonomia (Melo, M., no estudo “*Contributos para a compreensão do «Efeito Professor*

TEIP»: proposta de um programa de pesquisa” referiu que “No actual contexto político, perante a nova ideologia de prestação de contas e avaliação dos resultados da eficácia da acção docente sob a forma de rankings escolares e publicação de Relatórios de Avaliação Externa, muitos professores têm vindo a treinar sobretudo as capacidades cognitivas dos alunos em detrimento das componentes socioculturais e emocionais (Melo, 2009), adoptando, assim, um modelo de ensino com características marcadamente “técnico-profissionais” (Connell, 2010).)?

A conclusão a que chego é que nem deve haver exames em tão precoce ida-

de, já que os alunos ainda tiveram pouco tempo para construir a sua identidade escolar (nem somar experiências educativas em número suficiente para prestar provas finais de ciclo condicionadoras do seu percurso académico), nem os agrupamentos devem construir uma identidade tão individual que os diferencie uns dos outros, e que não permita pontes de contacto entre eles de maneira a poderem permutar alunos e professores entre si: os professores não podem trabalhar nos agrupamentos TEIP ou com Contrato de Autonomia porque a seleção é centralizada no diretor e nas suas preferências pessoais (tipo Escola-empresa, quando os alu-

nos não são um produto manufacturado), mantendo “ad eternum” a mesma equipa, com as suas virtudes e defeitos (são a sua escolha); e os alunos, mesmo podendo permutar de agrupamento, pelo efeito de entrar num modelo completamente diferente de gestão e organização poder levar ao insucesso educativo ou condicionar o seu sucesso (as famílias, cada vez mais, não escolhem verdadeiramente, pois a mobilidade laboral, ou até a falta dela, leva a que a fixação das populações seja mais difícil pela necessidade de trabalhar ou de ter alguém que esteja presente na ausência dos pais). ■

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa exige suspensão dos exames no Ensino Básico



Passado mais de um mês sobre o início do ano letivo, há vários milhares de crianças e jovens que ainda não tiveram qualquer aula. Outros são distribuídos por outras turmas, de qualquer ano de escolaridade, no 1º ciclo, num processo que prejudica uns e outros. Nos restantes ciclos de ensino muitos alunos estão sem uma ou mais disciplinas.

Muitos professores desempregados e muitos alunos sem aulas!

Face ao caótico início de ano letivo torna-se inoportuno manter os exames, em especial no ensino básico.

A falta de professores atinge sobretudo as escolas inseridas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e com contrato de autonomia. Ou seja, atinge sobretudo os que já estão numa situação de desigualdade à partida. Todos são prejudicados, em especial os que estão em anos de exame.

Até ao final do ano letivo dificilmente estes alunos recuperarão, em termos de verdadeiras aprendizagens, o tempo perdido. O tempo das aprendizagens não se compadece com a “compressão” dos conteúdos curriculares. Os alunos necessitam de consolidar os conhecimentos. Dificilmente se recuperam 26 ou mais aulas de Matemática do 9º ano (a título de exemplo) a tempo dos alunos poderem fazer exame este ano

Levar por diante exames nestas circunstâncias é acentuar o absurdo que, por si só, já constitui esta forma de avaliação sobretudo no ensino básico. O tempo destinado à preparação / treino e à execução dos exames pode e deve ser melhor aproveitado no desenvolvimento das aprendizagens.

O SPGL é contrário aos exames no 4º ano de escolaridade, desde a sua instituição. Exames em idades tão precoces só mesmo em Portugal.

Nestas circunstâncias, o SPGL exige a suspensão dos exames em todo o ensino básico, este ano letivo, pelo respeito que as crianças, os jovens e as suas famílias nos devem merecer. ■

A Direção



Foto: Jorge Caria

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Os aposentados estão em luta

Entre 2010 e 2014, a redução no valor nominal das pensões superiores a 690€ variou entre 6,5% e 27,9%, e a quebra no poder de compra das pensões varia entre -2,6% para pensões mínimas e -33,2% para as pensões ilíquidas de valor igual ou superior a 5.000€/mês. Ao contrário do prometido o OE/2015 apresentado pelo governo do PSD/CDS não apresenta medidas de reposição do que foi roubado aos aposentados durante os últimos anos. A única medida positiva é o desaparecimento da CES para quem ganha uma pensão inferior a €4 611,22. Esta medida não se deve ao governo mas sim à Declaração de Inconstitucionalidade do TC da Contribuição de Sustentabilidade que o governo pretendia aplicar em 2015 e transformar em corte definitivo nas pensões.

No que diz respeito à atualização das pensões o Governo propõe o aumento de 2,70 euros mensais nos dois escalões mais baixos das pensões mínimas deixando as restantes congeladas e, ao mesmo tempo, pretende aumentar os impostos dos trabalhadores e pensionistas enquanto para as empresas diminui o IRC em 2%.

É preciso mudar de política e devolver a dignidade aos aposentados e por isso a Comissão Nacional de Aposentados da FCSAP (da qual fazemos parte) vai solicitar reuniões a todos os Grupos Parlamentares para exposição da situação dos aposentados da Administração

Pública e das suas reivindicações:

1. Reposição dos valores roubados nas pensões desde 2011.
2. Descongelamento e atualização de todas as pensões de forma a compensar o aumento do custo de vida desde 1 de janeiro de 2011.
3. Revogação do aumento da idade da reforma e da penalização do fator de sustentabilidade.
4. Reposição do regime de flexibilização da antecipação de acesso à pensão de velhice.
5. Um regime de antecipação da idade legal da reforma, voluntária para os trabalhadores, com base na duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização.
6. Desagravamento fiscal: eliminação da sobretaxa do IRS; alargamento dos escalões; aumento das deduções das

despesas de saúde e habitação, entre outras; redução do IVA e do IMI.

Os Docentes aposentados descontaram ao longo da sua carreira profissional o que o Estado lhes exigiu como garantia ao direito a uma reforma justa e digna e por isso exigem que o Governo e o Presidente da República respeitem os compromissos do Estado cumprindo os contratos com eles assumidos. Assim estão, com os trabalhadores do ativo, na MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, promovida pela Frente Comum (dia 31 de outubro), no DIA NACIONAL DE INDIGNAÇÃO, ACÇÃO E LUTA (13 novembro) e na Marcha Nacional pelo Emprego, Salários e Pensões, Direitos e Serviços Públicos (de 21 a 25 de novembro) promovidos pela CGTP. ■

À atenção de quem pediu a aposentação a partir de 31.12.2010

Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública apresenta queixa ao Provedor de Justiça

Na sequência das intervenções já realizadas – reclamação da FCSAP dirigida ao Diretor Central da CGA e Ações Administrativas interpostas nos Tribunais Administrativos pelos Sindicatos que constituem a FENPROF – a FCSAP enviou a 9.10.2014 uma queixa ao Provedor de Justiça contra a Caixa Geral de Aposentações por violação da lei relativamente ao cálculo das pensões.



Ana Alves
Docente

Os horários dos professores

Sou professora há vinte e quatro anos e não estou na situação de contratada nem estou no desemprego; na verdade, encontro-me naquela que poderá considerar-se uma boa situação profissional: faço parte do quadro de professores efectivos de uma escola, situada relativamente perto de casa, onde exerço a minha profissão há vinte anos por opção. E, no entanto, o que sinto ao iniciar este ano lectivo é uma profunda angústia. Receber mais um mau horário, que vai determinar todo o meu ano lectivo e a minha vida neste ano que nunca mais vou voltar a ter, é um choque psicológico de uma violência que só quem passa por esta situação pode imaginar. Há uns anos, os professores tinham horas de redução aos quarenta anos; agora, aos quarenta e seis, vejo a minha carga horária aumentada a cada ano que passa. Lecionar seis turmas de Português do ensino secundário – sim, é uma disciplina exigente, fundamen-

tal, transversal, sujeita a exame e que temos de cumprir com uma carga horária mínima (três horas semanais, contra quatro e meia de Matemática, Geografia ou História, sete de Biologia e Física e até Espanhol, com aulas de turnos, por exemplo¹) – leccionar estas seis turmas num total de 24 tempos de 45 minutos, com mais dois apoios de 50 minutos a alunos com necessidades educativas especiais, o que perfaz mais de 26 tempos (quase 1200 minutos), num horário em que as aulas estão espalhadas por oito turnos, deixando livres apenas uma manhã e uma tarde para o trabalho individual, é posso dizê-lo, um verdadeiro pesadelo. Sempre gostei da minha profissão, que tive sempre de cumprir sem as melhores condições (devido à insuficiente carga horária da disciplina de Português, que implica também ter mais turmas que a maioria dos professores e demorar muito mais tempo a ver os testes), mas até ao ano passado ainda o pude fazer com dignidade, apesar do muito sacrifício pessoal de passar fins de

semana a trabalhar para conseguir corrigir os muitos testes com o rigor e a competência com que me habituei a cumprir o meu trabalho. Agora, ao olhar para a carga e a mancha horária que me foi atribuída, o meu sentimento é “não consigo”, “já não sou capaz”. Ocorre-me informar-me sobre as licenças sem vencimento, por puro desespero. Porque olhar para as cerca de trinta e duas horas que tenho de passar na escola, leccionando os vinte e seis tempos lectivos de aulas, é perceber que pela frente tenho mais um ano em que os obstáculos à realização do meu trabalho me vão impedir de cumprir com dignidade a minha profissão. Estar constantemente esgotado por excesso de horas de trabalho e impossibilidade de descansar e nos refazermos nas poucas horas que sobram ao fim do dia é perder a dignidade. Não poder preparar as aulas convenientemente para proporcionar aos alunos um estudo motivador é trabalhar sem dignidade. Ter de ocupar fins de semana após fins de semana para conseguir corrigir mais de cento e

cinquenta testes de Português² duas vezes por período escolar é viver sem dignidade.

A verdade é que é urgente olhar para os horários atribuídos aos professores, que estão totalmente sujeitos a receber ano após ano um horário em que são obrigados a passar sete a oito, às vezes nove, horas na escola, devido, não só aos tempos excessivos definidos pelo Ministério da Educação, inconsciente do que é reunir numa só pessoa muitos dos piores cenários - muitas horas de aulas, muitas e enormes³ turmas, vários níveis, furos no horário, muitos turnos (e há seguramente muito piores cenários do que o meu, eu apenas exponho o que no ensino é uma situação absolutamente regular) -, mas também à inconsciência de quem executa os horários e não percebe aquilo que eles significam, por total desconhecimento do trabalho dos professores. Escrevo este texto, não porque tenha alguma ilusão sobre o facto de poder ser ouvida, pois, ao longo da minha vida profissional, habituei-me a ver sempre as coisas piorarem, ano após ano, mas porque me parece um dever expor publicamente aspectos que estão profundamente errados no ensino e que, parecendo pormenores, determinam a vida (muito dura) de muitos professores e, consequentemente, a qualidade do ensino.

Relativamente à situação que aqui exponho, o que seria correcto da parte do Ministério da Educação seria, na minha opinião, atribuir a execução dos horários dos professores a uma entidade externa, não permeável aos interesses instalados nas escolas. Não se verificando essa situação, seria fundamental, diria mesmo urgente, estabelecer regras para a elaboração dos horários, nomeadamente:

- fixar, a nível nacional⁴, o número de tempos lectivos atribuídos a cada disciplina respeitando a especificidade de cada uma, e, em particular, reconhecendo de facto que o Português é uma disciplina estruturante e que

o cumprimento de um programa extenso que inclui uma vertente teórica e uma outra prática exige uma maior carga horária semanal quer no ensino básico, quer no secundário; trata-se de uma medida absolutamente necessária para que a carga horária atribuída às disciplinas sirva verdadeiramente os interesses dos alunos e não outros e não se crie desigualdades entre alunos que, no final dos ciclos, fazem o mesmo exame nacional);

- atribuir duas horas de redução a partir dos 45 anos e não dos 50, ou limitar o número de horas efectivas de aulas a partir dessa idade, determinando que as duas restantes seriam obrigatoriamente ocupadas em horas de apoio aos alunos ou direcção de turma;

- limitar o número de horas de estabelecimento ao cumprimento do horário correspondente à redução da carga lectiva por motivos de idade (um professor com a totalidade da carga horária não deve ter horas de estabelecimento para além das previstas para reuniões);

- limitar o número de turnos atribuídos nos horários dos professores a seis (um horário de um professor arruma-se muito facilmente em cinco turnos);

- eliminar a possibilidade de ter no horário tempos sem aulas ou “furos” no horário⁵; que outra profissão pára uma hora ou duas para retomar depois o trabalho, saindo mais tarde?

- ser o Ministério de Educação a determinar a organização dos tempos lectivos de todas as escolas, de acordo com os minutos que têm de ser cumpridos (para que um professor não tenha no seu horário tempos de 20, 45, 50, 60, 75 ou 90 minutos, no que só pode ser classificado como um caos).

Os professores não são missionários. São profissionais, na sua grande maioria, muito bem preparados e muito competentes. Se o ensino melhorou significativamente nos últimos anos (tal como tem sido pro-

vado através dos resultados nos testes do PISA), foi em grande medida graças ao seu empenho e dedicação. O único desejo que aqui deixo expresso (e que acredito ser partilhado pela generalidade dos meus colegas) é que voltem a dar-me condições para poder realizar o meu trabalho com qualidade e de forma digna. Só assim poderemos garantir a qualidade da educação que queremos proporcionar aos futuros cidadãos deste país. ■

Notas:

1 - Os professores destas disciplinas conseguem, se tiverem secundário, na maioria dos casos, completar o horário com apenas duas ou três turmas, o que significa muito menos alunos e, consequentemente, um alívio no trabalho individual de elaboração e correcção de testes e outros instrumentos de avaliação.

2 - Corrigir os testes de Português, pela sua especificidade e acumulação de parâmetros e critérios de classificação, é uma tarefa morosa e esgotante quando, quase sempre, tem de ser executada sob pressão.

3 - Turmas com mais de vinte e cinco alunos impossibilitam a realização de um trabalho com qualidade.

4 - Neste momento, há a possibilidade de atribuir tempos mínimos e máximos.

5 - Não há nas escolas condições para que o professor possa aproveitar os “furos” a preparar as actividades lectivas e isto quer dizer que, depois de ser obrigado a permanecer no seu local de trabalho mais tempo do que qualquer outro funcionário, o docente tem de preparar o trabalho do dia seguinte em casa. Não há gabinetes de trabalho, os computadores disponíveis são insuficientes e estão quase sempre ocupados, a sala de professores não tem mesas e cadeiras em número suficiente e é um local pouco recomendável para a saúde, pois é muito ruidoso.

O horário lectivo do professor é de 1100 min. Com a diversidade da duração do tempo lectivo, muitas vezes, os professores, entre uma aula e outra, têm um tempo de 20min. (que, na verdade, equivale a 45, 50 ou 60min. consoante a opção da escola). Ora, isto corresponde a retirar (desnecessariamente) minutos da componente de trabalho individual do docente.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Visita Cultural ao Barreiro:

Memórias da Resistência, do Trabalho e da Luta



No dia 11 de outubro o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL realizou uma visita cultural ao Barreiro em que participaram 39 docentes.

A visita foi orientada por Armando Sousa Teixeira, autor de várias publicações sobre a história do Barreiro.

A história desta terra foi-nos descrita desde que, em 1859, o primeiro com-

boio partiu rumo ao Sul. A vida dos ferroviários, a classe trabalhadora mais numerosa, foi-nos retratada por dois antigos trabalhadores, assim como a primeira grande luta pelas 8 horas de trabalho na Companhia União Fabril (CUF), em 1919.

Berço de grandes lutas e de uma vida associativa e cultural de muitas gerações, o Barreiro, um dos baluartes de

resistência à ditadura, viveu o declínio e morte da CUF. Apreciamos o trabalho que está a desenvolver-se no sentido de restituir dignidade às ruas e casas do bairro operário da cidade e visitámos a excelente biblioteca onde fomos recebidos pela vereadora da cultura da Câmara Municipal. Acabámos o dia com a visita à exposição «Da fábrica que desvanece à Baía do Tejo».

Encontro com a escritora Lídia Jorge

No âmbito do projeto “O Meu Livro Quer Outro Livro”, uma iniciativa conjunta dos Departamentos de Professores e Educadores Aposentados e da Cultura do SPGL, realizou-se, no dia 22 de outubro, um animado encontro com a escritora Lídia Jorge sobre o seu último livro “Os Memoráveis”.



Foto: Paulo Machado



11 de novembro Passeio pela baixa de Lisboa

11h.
Visita guiada ao Palácio da Independência
13h.
Almoço de S. Martinho no restaurante do Palácio
14.30h.
Visita ao Lisboa Story Centre

Preço: 22 euros
(inclui visita guiada, entradas e almoço)

Inscrições até 7 de novembro
pelo tlm. 966039670
ou email:
margaridalopes@sapo.pt

Os vídeos referentes a estas iniciativas podem ser vistos na página do facebook do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

CURSOS DE INFORMÁTICA

Curso de Iniciação à Informática

1 – OBJETIVOS

1.1- OBJETIVOS GERAIS

- Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada. Proporcionar aos participantes um curso de informática que desmistifique o computador como máquina complexa, apresentando-o como ferramenta facilitadora, objeto de lazer, comunicação e aproximação social;
- Desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando software de formatação de texto (Word2003), browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail),

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Na ótica do utilizador, o formando deverá:

- Identificar genericamente as componentes de um computador e o seu sistema operativo;
- Diferenciar programas e documentos;
- Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares Word, Internet Explorer e Gmail;

2 - DESTINATÁRIOS:

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo, sem ou com pouco domínio na área da informática.

3 – DURAÇÃO – 24h

A ação decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3.

4.2 – DATAS

Terá início no dia 19 de novembro e termina no dia 17 de dezembro, às segundas e quartas-feiras.

- novembro –19, 24, 26 • • dezembro- 1, 3, 10, 15, 17 •

4.3 - HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 - CUSTOS

Sócios do SPGL e FENPROF - 30€sindicatos do MSU - 35€

Não sócios - 90€

6 – INSCRIÇÕES até 14 de novembro (limite 14 formandos)

NÃO SE ACEITAM INSCRIÇÕES PELA INTERNET

Curso de Continuação da Iniciação à Informática

1 – OBJETIVOS

1.1 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada.

Continuar a desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando software de formatação de texto (Word2003), software de música e vídeo (Windows Media Player) browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail), redes sociais (Facebook), blog (Blogger), uso de ferramentas de armazenamento externo (pen), alojamento de imagens (Picasa).

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Na ótica do utilizador, o formando deverá:

- Diferenciar programas e documentos;
- Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares Word, Internet Explorer, Gmail e Windows Media Player;
- Identificar e explorar contas interativas do Facebook, Blogger e Picasa;
- Manusear ferramentas de armazenamento externo, i.e.: Pen

2 - DESTINATÁRIOS

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo com domínio técnico primário na área de informática.

3 – DURAÇÃO – 30h

A ação decorrerá ao longo de 10 sessões de 3h cada, perfazendo um total de 30h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3

4.2 – DATAS

Terá início no dia 18 de novembro e termina no dia 18 de dezembro, às terças e quintas-feiras.

- novembro –18, 20, 25, 27 • • dezembro- 2, 4, 9, 11, 16, 18 •

4.3 – HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 - CUSTOS

Sócios do SPGL e FENPROF - 35€sindicatos do MSU – 40€

Não sócios - 95€

6 – INSCRIÇÕES até 14 de novembro (limite 14 Formandos)

NÃO SE ACEITAM INSCRIÇÕES PELA INTERNET

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados . Ficha de Inscrição

CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

CURSO DE CONTINUAÇÃO DA INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Nome: _____ N° Sócio: _____/Sind. _____

Morada: _____

Tel: _____ Telem _____ Email: _____

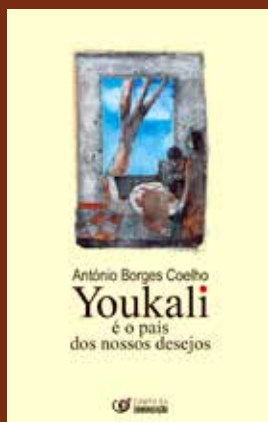
Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada **até 14 de novembro** para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL. Não se aceitam inscrições pela internet.

Nota 2: Para a frequência do curso apenas serão informados os professores selecionados.

Nota 3: Informações - Comissão de Aposentados – Maria Margarida tel.936362412



António Borges Coelho vai fazer o lançamento da nova edição do seu romance "Youkali" no Espaço ABC. A apresentação do livro está a cargo de Vitor Viçoso, da Faculdade de Letras de Lisboa. **Dia 24 de novembro, às 17 horas**

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



Foto: Paulo Machado

Exposição Escultura/Medalhística - João Duarte Até 14 de novembro 2014

João Duarte convida professores e alunos para **mais uma conversa sobre a sua obra**, que terá lugar na galeria António Borges Coelho no dia **12 de novembro às 14h**

Inscrições: marcospinheiro@spgl.pt



Fotos: Paulo Machado

A abertura da exposição de João Duarte, dia 6 de outubro, contou com Canto Coral, Vocal Band Lx Factory, sob a regência do maestro Luis Bragança Gil.

E depois...

Pintura de Rui A. Pereira e Eduardo Neves:

24 de novembro a 5 janeiro 2015

Pintura de Guilherme Parente: janeiro de 2015.

"O meu livro quer outro livro"

Trocas e conversas à volta dos livros ... apresentações temáticas ... traga um livro e leve outro livro, venha com um amigo e participe nesta iniciativa.

quartas-feiras às 15h nos seguintes dias:

novembro – dias 5 e 19

dezembro – dia 3



Fotos: Paulo Machado

A escritora Lídia Jorge esteve, dia 22 de outubro, no Espaço ABC, para um debate em torno do seu livro "Os Memoráveis".

Um encontro muito participado, em que Lídia Jorge falou do que é o trabalho do escritor, de como surgem ideias e nasce a obra, da arte e da ficção como "sismógrafo que vai registando movimentos internos da sociedade". E ainda da necessidade de não se perder a história, frisando que "o ciclo da revolução não está fechado".

Dia de cinema no SPGL

13.11.2014 – 18h30

Os Donos de Portugal Jorge Costa

<http://www.donosdeportugal.net/>



Legislação

- **Despacho 11311/14, 9/9**
Retifica o despacho que aprovou a rede de cursos do ensino português no estrangeiro.
- **Despacho 11421/14, 119**
Regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares.
- **Lei 71/2014, 1/9**
Repõe o regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º Ciclo do EB do ensino público que concluíram o curso em 1975 e 1976.
- **Lei 75/2014, 12/9**
Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.
- **Portaria 176/2014, 11/9**
Regulamenta diversos aspectos da prova de conhecimentos da Língua Portuguesa.
- **Dec. Lei 144/2014, 30/9**
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida.

Espaço ABC

Uma qualidade que queremos consolidar

O Espaço António Borges Coelho (ABC) ganhou nos últimos dois anos uma qualidade que queremos consolidar. As iniciativas mais marcantes têm sido as exposições de nomes consagrados do nosso meio artístico. Mas iniciativas de outra natureza têm também potenciado o sucesso da utilização deste espaço. Refiram-se, a título de exemplo, a exposição e o trabalho com crianças em torno das marionetas de Delphim Miranda, sessões de poesia persa, cuidados apontamentos musicais, apresentação de livros, debates vários. Merece particular destaque a iniciativa "O meu livro quer outro livro", momento de troca e de debate de leituras várias. Vamos dar continuidade a estas práticas. Para garantir a qualidade dos trabalhos a apresentar foi constituída uma "Comissão Consultora para as Artes Plásticas", a quem compete avaliar as propostas apresentadas e sobre elas decidir. Constituem esta comissão os pintores António Carmo e Eduardo Neves, os escultores Carlos Soares e Virgílio Domingues e o designer Rui A. Pereira, que conosco vão colaborar *pro bono*. Integram ainda a Comissão o professor de expressão dramática e dirigente do SPGL Marcos Pinheiro e Paulo Machado, funcionário do SPGL, aos quais acresce a responsabilidade da gestão do Espaço ABC.

Componentes Letiva e Não Letiva do Pessoal Docente

De acordo com o artigo 76º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD), na redação que lhe foi dada pelo D.L. nº 41/2012, de 21 de fevereiro, o horário de trabalho do pessoal docente em exercício de funções integra uma componente letiva e uma não letiva. A componente letiva varia consoante o nível e ciclo de ensino sendo que, no caso dos docentes da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico é de 25h e nos restantes casos é de 22 horas semanais.

O regime específico de cada uma das referidas componentes do horário do pessoal docente encontra-se regulado nos artigos 78º a 82º do referido ECD e ainda nos artigos 6º e 7º do Despacho normativo nº 6/2014, de 19 de maio, publicado no DR Nº 100, II série, de 26 de maio de 2014, que regula a organização do ano escolar de 2014/2015. Do referido quadro legal resulta o seguinte:

I – Quanto à Componente Letiva

Esta componente do horário corresponde ao número de horas lecionadas e abrange todo o trabalho desenvolvido com as turmas ou grupos de alunos, sendo que não é permitida a atribuição aos docentes de mais de seis horas letivas consecutivas.

O serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na Escola tem prioridade sobre qualquer outro, para efeitos de preenchimento desta componente do horário dos docentes. Sem prejuízo deste princípio, as Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo do ensino básico (quando a entidade promotora das mesmas seja a Escola) devem ser consideradas atividade letiva para os docentes de carreira com o mínimo de seis horas nesta componente do horário.

Importa ainda salientar dois princípios fundamentais a ter conta na fixação da componente letiva de cada docente. O primeiro é que esta componente tem de estar completa "... não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência" (cfr nº 5 do artigo 6º do Despacho Normativo nº 6/2014). O segundo princípio é o de que da aplicação de todas as regras supra referidas não podem resultar horas para a contratação de docentes.

II – Quanto à Componente Não Letiva

Esta componente do trabalho do pessoal docente inclui duas vertentes: a da realização do trabalho a nível individual e a do trabalho a nível do estabelecimento de educação.

A primeira pode compreender, não só a preparação de aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem mas também a elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica. A segunda deve ser desenvolvida sob orientação das estruturas pedagógicas intermédias com vista à concretização do projeto educativo da escola e inclui as atividades elencadas no artigo 82º nº 3 do ECD.

Cabe ao Diretor do Estabelecimento de Ensino estabelecer o tempo mínimo a incluir na componente não letiva de estabelecimento dos docentes **desde que não ultrapasse 150 minutos semanais**, de forma a cumprir os objetivos fixados no nº 4 do mesmo artigo 82º:

"a) Assegurar que as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos são satisfeitas;

b) Permitir a realização de atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar".

Cabe ainda ao diretor atribuir as atividades que vão integrar a componente letiva de estabelecimento. Nestas atividades estão incluídas não só as elencadas no citado artigo 82º, nº3, como também outras que sejam aprovadas pelo Conselho Pedagógico. Finalmente, no âmbito da autonomia organizativa e pedagógica da Escola, a Lei determina também que, para efeitos de elaboração dos horários, o diretor deverá ter em consideração, não só o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1º ciclo durante os intervalos entre as atividades letivas (cfr. Artigo 82, nº3 e) do ECD), como também o atendimento dos encarregados de educação. ■



CTT correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877799

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
060020201ICE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

Os desafios da docência

perante o recuo dos direitos de cidadania

5 SPGL Congresso

5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA



SPGL

Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa

Mais informação em www.spgl.pt